



Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

Município da Maia

24 de Março de 2016



Índice

1.	Caracterização do Promotor.....	5
2.	Caracterização do Plano	8
2.1	Identificação da área de intervenção do Plano – Concelho – Maia	8
2.1.1	Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial	8
2.1.2	Análise SWOT.....	21
2.1.3	Desafios e fatores críticos de sucesso	23
2.2	Estratégia.....	25
2.2.1	Objetivos e Vocação Específica do PEDU	25
2.2.2.	Componentes de Mobilidade Urbana Sustentável	39
2.2.3.	Componentes do Plano de Ação de Regeneração Urbana	44
2.2.4.	Componentes do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas	50
3.	Programa de Ação.....	52
3.1	Identificação das Prioridades de Investimento a Mobilizar	52
3.2	Investimentos, Ações e Metas.....	52
3.3	Outros Indicadores (Indicadores base de PI e Indicadores complementares)	52
3.4	Realização – Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores.....	53
4.	Modelo de Governação	55
4.1	Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do plano com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica	55
4.2	Mecanismos de acompanhamento e avaliação	58
4.3	Envolvimento e responsabilidades dos parceiros	59
5.	Quadro de Investimentos	59
	Documentos.....	60



Índice de Figuras

Figura 1. Evolução da População Residente da Maia e Taxas de crescimento da População Residente do Concelho da Maia e do Grande Porto	9
Figura 2. População Residente por grupos etários (2011) no Concelho da Maia e na AMP	10
Figura 3. Taxa de Emprego por grupos etários (% , 2011)	13
Figura 4. Evolução das despesas em cultura e desporto do Município da Maia	15
Figura 5. Despesa efetuada em obras de conservação/reabilitação do parque habitacional social do Município da Maia	16



Índice de Figuras

Tabela 1. População residente por freguesia no Concelho da Maia, de 1991 a 2011	9
Tabela 2. Variação da população residente por freguesia no concelho	9
Tabela 3. Indicadores demográficos e sociais	11
Tabela 4. Taxa de desemprego por sexo, 2011	12
Tabela 5. Indicadores demográficos e sociais (continuação da Tabela 3)	13
Tabela 6. Evolução das emissões para o período 2009-2014	53
Tabela 7. Redução das emissões estimada para o período 2015-2023.....	53



1. Caracterização do Promotor

Concurso e Identificação do Promotor – campo previamente preenchido no Balcão 2020.

Identificação do Responsável Técnico da Operação

Nome do responsável: Maria de Fátima Bichanço

Telefone do responsável: 22 940 8711

Cargo do responsável: Técnica Superior

Serviço / Departamento: Departamento de Construção e Manutenção

Email do responsável: fundoseuropeus@cm-maia.pt

Email alternativo: mfatima@cm-maia.pt

Experiência do Promotor na implementação de Planos/Estratégias

O Município da Maia, tem dado provas da sua capacidade de planeamento e realização, no âmbito das respetivas atribuições de planeamento, seja no domínio estrito do desenvolvimento territorial, mais diretamente relacionado com as componentes do sistema de gestão territorial, seja em matéria de planeamento estratégico, envolvendo a globalidade das componentes que um território necessita considerar para o respetivo desenvolvimento integrado.

Constituem evidências desse desígnio o facto de se tratar de um Município que, em matéria de gestão da qualidade, iniciou o processo de certificação da qualidade dos respetivos serviços em 2005, tendo vindo, desde essa data, a alargar o âmbito da certificação e constituindo seu objetivo estratégico a certificação integral dos serviços pela norma de Gestão da Qualidade NP EN ISO 9001:2008, relevando ainda o facto de possuir o Departamento de Ambiente Planeamento e Gestão Urbana, também certificado o Sistema de Gestão Ambiental, pela Norma NP EN ISO 14001:2012, os quais, têm subjacente apertadas regras de controlo de execução, visando a melhoria contínua, relevando ainda a integração no ciclo anual de gestão da aplicação do Modelo Integrado de Gestão, o qual se encontra em desenvolvimento.

Por outro lado, e no domínio económico e financeiro, o Município da Maia prossegue uma política financeira que tem procurado satisfazer necessidades presentes e futuras, financiando as infraestruturas necessárias e contribuindo para a produção de um conjunto significativo de elementos que visam ampliar a qualidade de vida



no presente mas que simultaneamente permitirá às gerações futuras beneficiarem de tais políticas, garantindo a sustentabilidade das mesmas. Neste âmbito, releva ainda o facto de se tratar de um Município que possui as suas contas legalmente certificadas, sejam as contas individuais sejam as consolidadas, incluindo as suas entidades participadas, assegurando ao nível municipal, e nos últimos 3 anos, uma taxa média de execução orçamental de 79,1%, sendo o valor do ano de 2014 de 84,39%.

Ainda nesta matéria, são de relevar as taxas de execução dos quadros de financiamento, particularmente do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional, que se cifrou em 100%, tendo sido um dos Municípios que beneficiou do recurso à designada “Bolsa de Mérito”, atestando-se assim a capacidade de planear a execução e executar o planeado.

Neste seguimento, toda a participação que mantém na construção das estratégias de eficiência coletiva, tendo por base territórios formais e informais que melhor servirão o desenvolvimento regional e urbano das comunidades, como recentemente constituem testemunhos a participação no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana do Porto e a Estratégia de Desenvolvimento Local Litoral Rural (atualmente em negociação, após passagem à segunda fase) com uma dotação estimada de 14 179 100,00 € (FEDER/FEDER/FSE) e que integra ainda os municípios da Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa, Vila do Conde e Matosinhos.

Recentemente, é ainda motivo de realce o galardão, obtido em 2014, com o título de Cidade Europeia do Desporto¹, pelo reconhecimento da qualidade e do empenho do município no desenvolvimento do desporto e promoção de boas práticas neste domínio, e que se traduziu no cumprimento com sucesso de todo o programa de ação, à escala internacional, demonstrando a capacidade de planear, organizar e executar.

Da mesma forma, o pioneirismo na elaboração de alguns instrumentos de planeamento, como o Plano de Mobilidade Sustentável (PMS), que muito sustenta a componente de mobilidade do PAMUS, ou ainda o Plano de Acessibilidade para Todos (PMAPT), atestando a importância que o Município confere à necessidade de planear, refletir, discutir e, seguidamente, executar, bem como acompanhar, monitorizar e integrar os resultados recolhidos em processos seguintes, estando, como tem estado em diferentes fóruns, sempre disponível para partilhar os resultados das suas experiências.

Será ainda de destacar, como resultado dos exercícios de planeamento, os resultados obtidos com a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDSM), do Plano de Arborização do Concelho da Maia (PACM), do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

Não menos importante, para este domínio está a preocupação que tem norteadado o Município desde a aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal, em 2009, em cumprir com as regras de monitorização e

¹ Título atribuído pela Associação das Capitais Europeias do Desporto (ACES Europe), a cidades com um número de habitantes entre os 25.000 e os 499.999 habitantes.



avaliação do estado do ordenamento do território, produzindo relatórios anuais submetidos à Agência Portuguesa do Ambiente – APA, em cumprimento da declaração ambiental, decorrente da avaliação ambiental estratégica realizada aquando do procedimento de planeamento, promovendo ainda, de dois em dois anos, a discussão pública dos resultados da avaliação e respetiva submissão à Assembleia Municipal. Paralelamente, é também efetuada uma monitorização anual acerca da Programação Estratégica da Execução do Plano Diretor Municipal da Maia, desagregada por tipologia de ação, contribuindo para suportar a decisão municipal quanto à (re)programação das opções e prioridades de desenvolvimento concelhio.



2. Caracterização do Plano

2.1 Identificação da área de intervenção do Plano – Concelho da Maia

2.1.1 Síntese da análise e do diagnóstico da situação territorial

O Concelho da Maia localiza-se na Região Norte e faz parte integrante da Área Metropolitana do Porto (AMP). Tem como concelhos limítrofes Matosinhos, a oeste, Vila do Conde e Trofa, a norte, Santo Tirso e Valongo, a nascente, e Gondomar e Porto, a sul.

De acordo com o modelo de organização territorial assente num sistema policêntrico para a gestão urbana e a governança territorial proposta pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT Norte), a Maia integra juntamente com os concelhos do Porto, Matosinhos, Valongo, Gondomar e Vila Nova de Gaia, o *continuum* urbano, constituindo o núcleo central da AMP e principal polo económico, social e cultural da Região.

Dinâmicas Demográficas

Distribuído por 10 freguesias, o concelho apresenta uma área de 83,0 km² e uma população de 135 306 habitantes, resultando numa densidade populacional de 1 630,2 hab/km² e concentrando cerca de 8,1% do total da população residente na AMP (Censos, 2011).

Relativamente à evolução da dinâmica populacional, a Maia é um dos concelhos do país que tem registado um maior índice de crescimento urbano ao longo das últimas décadas, tendo este crescimento sido ligeiramente mais acentuado entre 1991 e 2001, comparativamente à década 2001-2011. O ritmo de crescimento da população da Maia entre 2001 e 2011 foi de 12,65%, sendo um crescimento significativo face à tendência global do Grande Porto (2,11%).

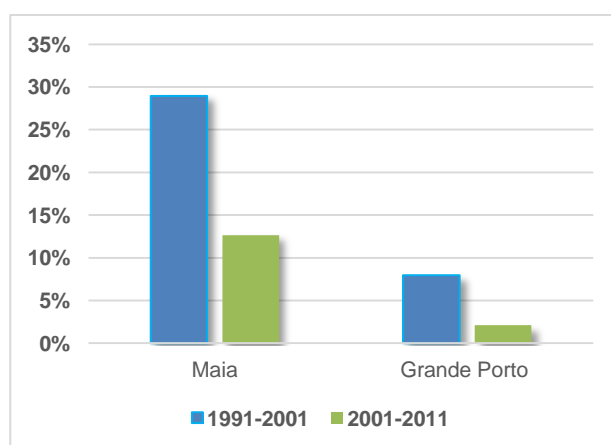
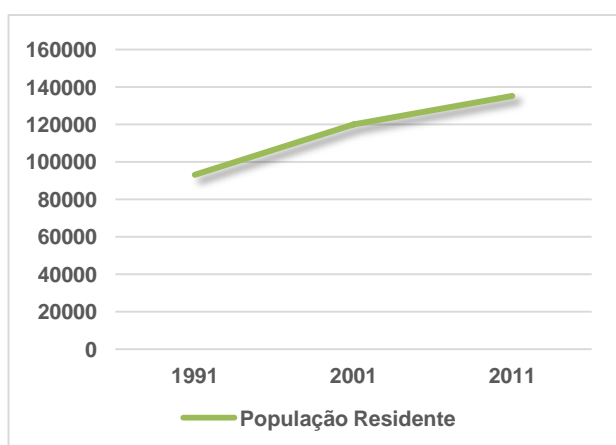


Figura 1. Evolução da População Residente da Maia e Taxas de crescimento da População Residente do Concelho da Maia e do Grande Porto / Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelo INE

Tabela 1. População residente por freguesia no Concelho da Maia, de 1991 a 2011

Freguesias	1991		2001		2011	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Águas Santas	17 440	18,7	25 249	21,0	27 470	20,3
Castêlo da Maia	13 332	14,3	15 452	12,9	18 452	13,6
Folgosa	3 249	3,5	3 603	3,0	3 704	2,7
Cidade da Maia	25 885	27,8	35 625	29,7	40 134	29,7
Milheirós	3 768	4,0	4 237	3,5	4 861	3,6
Moreira	7 836	8,4	10 280	8,6	12 890	9,5
Nogueira e Silva Escura	5 663	6,1	6 591	5,5	7 980	5,9
São Pedro Fins	1 630	1,8	1 838	1,5	1 837	1,4
Vila Nova da Telha	4 048	4,3	5 368	4,5	5 886	4,4
Pedrouços	10 300	11,1	11 868	9,9	12 149	9,0
Total	93 151	100,0	120 111	100,0	135 306	100,0

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, INE.

Tabela 2. Variação da população residente por freguesia no concelho

Freguesias	2001		2011	
	N.º	%	N.º	%
Águas Santas	7 809	30,0	2 221	14,6
Castêlo da Maia	2 120	7,90	3 000	19,7
Folgosa	354	1,31	101	0,66
Cidade da Maia	9 740	36,1	4 509	29,7
Milheirós	469	1,74	624	4,11
Moreira	2 444	9,10	2 610	17,2
Nogueira e Silva Escura	928	3,44	1 389	9,14
São Pedro Fins	208	0,77	-1	0
Vila Nova da Telha	1 320	4,90	518	3,41
Pedrouços	1 568	5,80	281	1,85
Total	26 960	100	15 195	100

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Este crescimento engloba, por sua vez, uma forte componente de população jovem.

De forma a ser possível analisar a questão da presença de uma forte componente de população jovem no crescimento urbano, apresentam-se as proporções da população residente na Maia, de acordo com o seu



grupo etário e em comparação com a AMP. O Concelho da Maia apresenta proporções mais elevadas de população residente para os grupos etários compreendidos entre os 0 e os 44 anos, destacando-se das proporções encontradas para o global do território da AMP. A Maia afirma-se ainda como um dos concelhos mais jovens da AMP, dado que apenas Paredes e Valongo apresentam uma idade média da população residente inferior à do Concelho da Maia (36,73 e 38,78 anos, respetivamente vs. 38,96 anos).

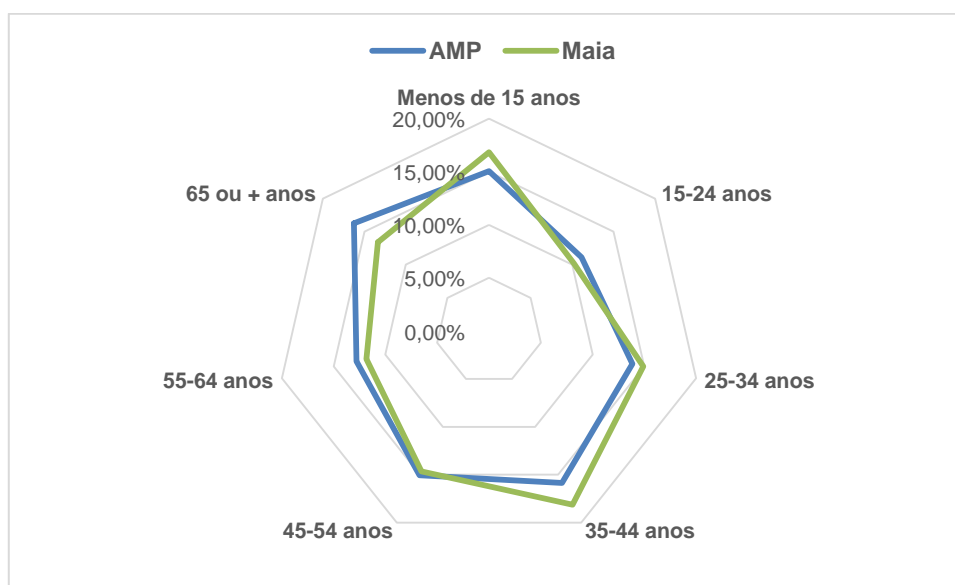


Figura 2. População Residente por grupos etários (2011) no Concelho da Maia e na AMP

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelo INE

Como é possível verificar na Tabela 3 da página seguinte, a população residente no Concelho da Maia possui uma média de idades inferior à média das restantes unidades territoriais e uma proporção de população residente idosa no total da população residente significativamente inferior à proporção encontrada para o país, Norte e AMP. Foi ainda possível apurar, através do índice de dependência de idosos e de jovens, que o primeiro é inferior ao valor do índice das unidades territoriais de comparação, o que significa que o peso da população idosa na população ativa é menor para o Concelho da Maia e que o segundo é superior, ou seja, que o peso da população jovem na população ativa do Concelho da Maia é superior, quando comparado com o país, Norte de Portugal e AMP. Aliás, a Maia distingue-se claramente, pois contraria a tendência nacional e regional, apresentando um índice de dependência de idosos inferior ao índice de dependência de jovens.

Relativamente ao emprego, iniciando-se a análise pela taxa de desemprego, o Concelho da Maia apresenta uma taxa de desemprego significativamente inferior à média da AMP. Quanto ao emprego, a Maia é a unidade territorial que mais se aproxima da meta estabelecida a nível europeu, com um valor de 54,30% (considerando o objetivo de 75% para a taxa de emprego nacional até 2020). Relativamente ao índice de renovação da população em idade ativa, este é superior para o caso da Maia, o que significa que a proporção da população



que se encontra potencialmente a entrar no mercado de trabalho quase equivale à proporção da população que se encontra potencialmente a sair do mercado de trabalho (população entre os 55 e os 64 anos), algo que não acontece para as restantes unidades territoriais aqui em análise.

Tabela 3. Indicadores demográficos e sociais

Indicadores	Portugal	Norte	AMP	Maia
População Residente (2013 – n.º)	10 427 301	3 644 195	1 740 983	135 924
Densidade Populacional (2013 – n.º/Km ²)	114,50	173,30	2136,88	1 627,60
Densidade de Alojamentos (2011 – n.º/Km ²)	63,75	86,95	1016,12	717,72
Taxa de Emprego (2011 – %)	48,50	47,90	49,20	54,30
Taxa de Desemprego (2011 – %)	13,18	14,47	15,70	14,07
Índice de Renovação da População em idade ativa (2011 – %)	94,34	98,26	91,50 *	99,11
Proporção de Profissionais Socialmente mais Valorizados (2011 – %)	22,24	20,81	26,22 *	27,94
Proporção da População Residente com Ensino Superior Completo (2011 – %)	13,80	12,00	14,60	19,1
Taxa de Abandono Escolar (2011 – %)	1,65	1,53	1,50 *	1,71
Taxa de Abandono Escolar Precoce (2011 -%)	22	22,6	-	20,2
Taxa de Analfabetismo (2011 – %)	5,22	5,00	3,40	2,52
Proporção da População Residente com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino (2011 – %)	1,61	1,53	1,55 *	1,50
Idade Média (2011 – nº)	41,83	40,97	41,07 *	38,96
Proporção da População Residente com 65 ou mais anos (2013 – %)	19,60	17,60	17,20	14,50
Índice de Dependência de Idosos (2011 – %)	28,80	25,20	23,70	19,20
Índice de Dependência de Jovens (2011 – %)	22,50	22,30	21,90	24,10
Ganho Médio Mensal (2013 – €)	1 093,30	963,40	1 123,24 **	1 176,0
Poder de Compra - pc (2011 – %)	100,00	89,22	111,28 *	112,25

* Valor para o Grande Porto; ** Valor para o Grande Porto relativo a 2012

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelo INE e Pordata

Verifica-se também que o Concelho da Maia segue uma tendência geral no que diz respeito à proporção do desemprego por género, isto é, a taxa de desemprego feminina registada é significativamente superior à masculina. Pese embora o valor para o Concelho da Maia esteja ligeiramente acima da média nacional, verifica-se que o mesmo é inferior quando comparada com o Norte e com a AMP (Tabela 3.).

Para o indicador “proporção de profissionais socialmente mais valorizados”, é possível encontrar um valor superior para o Concelho da Maia, quando comparado com o Grande Porto, Norte e país, um fator de destaque.



Analisando os indicadores que indicam o poder de compra da população residente na Maia, verifica-se que, e em termos médios, os maiatos se encontram numa posição mais favorável comparativamente ao global da sub-região, Região Norte e país.

Apesar dos valores encontrados para o tema do emprego não revelarem a pior posição do Concelho da Maia, comparativamente revelam uma situação sensível.

Deste modo, o Município em parceria com diversas entidades (tais como o Centro de Emprego da Maia, empresas e centros de formação) tem vindo a desenvolver várias iniciativas tendo em vista a integração no mercado de trabalho a população desempregada. Neste âmbito são de destacar os Gabinetes de Inserção Profissional, num total de 10, localizados em diversas freguesias do concelho, o fundo MaiaFinicia e os programas e medidas de emprego promovidos pelo Centro Emprego da Maia, o qual apresentou ao nível das unidades orgânicas da Região Norte do IEF, IP, o melhor desempenho. Um exemplo é o evento anual “MaiaGo” que tem como objetivo facilitar o contacto e interação entre a oferta e a procura de trabalho, combater o desemprego jovem, o desemprego de longa duração e a fuga de talentos.

Tabela 4. Taxa de desemprego por sexo, 2011

Taxa de desemprego (2011)	Masculina	Feminina
Portugal	12,6	13,8
Norte	13,0	16,1
Área Metropolitana do Porto	14,5	17,0
Maia	12,8	15,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo INE

Relativamente à análise da taxa de emprego por grupo etário, é possível encontrar, na Figura 3, que esta, em 2011, era superior para os grupos etários de residentes no Concelho da Maia dos 25 aos 34 anos, dos 35 aos 44 anos e dos 45 aos 54 anos, comparativamente às restantes unidades territoriais em análise. O gráfico indica, assim, a importância que as políticas de apoio ao emprego e formação têm, em particular, para o grupo etário mais jovem e para os grupos etários mais velhos.



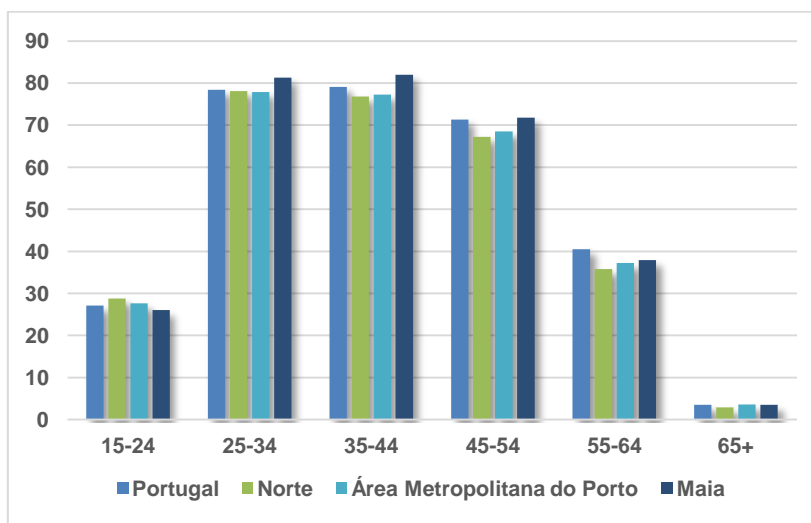


Figura 3. Taxa de Emprego por grupos etários (% 2011) /

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelo Pordata

A proporção de população com ensino superior completo no Concelho da Maia destaca-se claramente da proporção encontrada para o país. Reflete-se, assim, a importância do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município no sentido do incentivo à qualificação da população. Também para outros níveis de educação, o Concelho da Maia tem-se vindo a destacar. As suas escolas têm vindo a ser premiadas, nomeadamente pelo desenvolvimento de projetos de incentivo à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e pela disponibilização de um parque escolar que se assume como sendo um dos melhores da região, dispondo de quadros interativos para o 1º ciclo.

É possível verificar ainda, que em 2011, a Maia, apesar dos vários projetos que o Município tem no terreno, apresentava valores de abandono escolar que importa diminuir não obstante o Município ter uma das menores proporções de população residente com idade entre 6 e 15 anos que não se encontra a frequentar o sistema de ensino. A Maia apresenta ainda uma taxa de analfabetismo inferior a todas as unidades territoriais de comparação.

É também relevante referir-se que o Município tem vindo a desenvolver esforços, na promoção do sucesso escolar, de que são exemplos as atividades de Apoio à Família, nomeadamente no que respeita ao serviço de acolhimento e prolongamento durante o período letivo e ao funcionamento das mesmas nas interrupções escolares e no mês de julho, o programa Maia não Desiste direcionado para alunos em situação de absentismo e de abandono escolar e o Programa Municipal de Saúde Escolar, ou ainda, as campanhas de incentivo à reutilização de manuais escolares do 5º ao 12º ano e outros programas de ocupação de tempos livres.

Tabela 5. Indicadores demográficos e sociais (continuação da Tabela 3)

Indicadores (2011)	Portugal	Norte	AMP	Maia
--------------------	----------	-------	-----	------



Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (2013 – %)	4,00	4,50	6,00	5,10
Pensionistas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (2013 – %)	40,60	36,00	36,40	30,70
Taxa de Criminalidade (2013 – ‰)	36,00	31,50	34,40	32,20
Proporção da População Residente com idade entre 3 e 5 anos a frequentar a educação pré-escolar (%)	73,49	73,34	72,25 *	75,71
Proporção da População com pelo menos uma dificuldade (%)	16,97	17,19	15,63 *	13,02
Idade Média dos Edifícios (nº)	37,92	36,54	41,75 *	36,69
Proporção de Edifícios com Necessidade de Reparação (%)	28,92	30,84	33,54 *	30,99
Proporção de Alojamentos sobrelotados (%)	11,36	11,73	13,29 *	11,72
Enfermeiras/os por 1000 habitantes (2013)	6,31	6,26	6,90	3,19
Médicas/os por 1000 habitantes (2012)	4,21	3,96	5,79	5,61

* Valor para o Grande Porto

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelo INE

Verifica-se que o Município tem desenvolvido políticas de apoio à população em idade pré-escolar e escolar, nomeadamente na intervenção operada no parque escolar, através da construção de novos centros escolares e requalificação das escolas em deficiente estado de conservação.

Esta boa prática estende-se também às pessoas com deficiência, promovendo o seu bem-estar e qualidade de vida através da realização de uma política de prevenção, tratamento, reabilitação e integração de cidadãos com deficiência, que levou à Criação do Conselho Municipal do Cidadão com deficiência, Serviço de Informação e Mediação para Pessoas com Deficiência, Projeto R+- Equipamento Amigo das Pessoas, Banco Municipal de Produtos de Apoio Programa Municipal para o Desporto Adaptado e Bolsa Municipal de Emprego Protegido. O envelhecimento demográfico coloca ao Município novos desafios e confere-lhe novas responsabilidades assim foram criadas atividades especificamente destinadas á população idosa tais como: Serviço de Apoio Domiciliário a Idosos (entrega de cabazes ao domicilio), Serviço de Pequenas Reparações ao Domicílio, Comemorações do Dia Internacional do Idoso e do Dia Metropolitano dos Avós, Clube Maia Sénior (para o incentivo às práticas desportivas), Serviço de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, Parques Geriátricos, Turismo Sénior, Banco Municipal de Produtos de Apoio.

Por fim e não menos importante o Município desde alguns anos tem vindo a ceder terrenos e edifícios para todas as valências de âmbito social.

O Município pretende assegurar a especial proteção aos grupos mais vulneráveis, designadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e Idosos, bem como a outras pessoas em situação de carência económica ou social, disfunção ou marginalização social. Esta proteção realizou-se através de vários programas. Programa de Ajuda Alimentar a Carenciados, Programa Emergência Alimentar, Cabaz de Natal, Programa Municipal de Emergência Social e Tarifário Social da Água.



A acessibilidade aos serviços de saúde, de uma forma generalizada, deve ser classificada como boa, nomeadamente pela proximidade ao concelho do Porto, que dispõe de todas as especialidades em termos de cuidados de saúde, contudo persistem alguns problemas que importa eliminar ou atenuar.

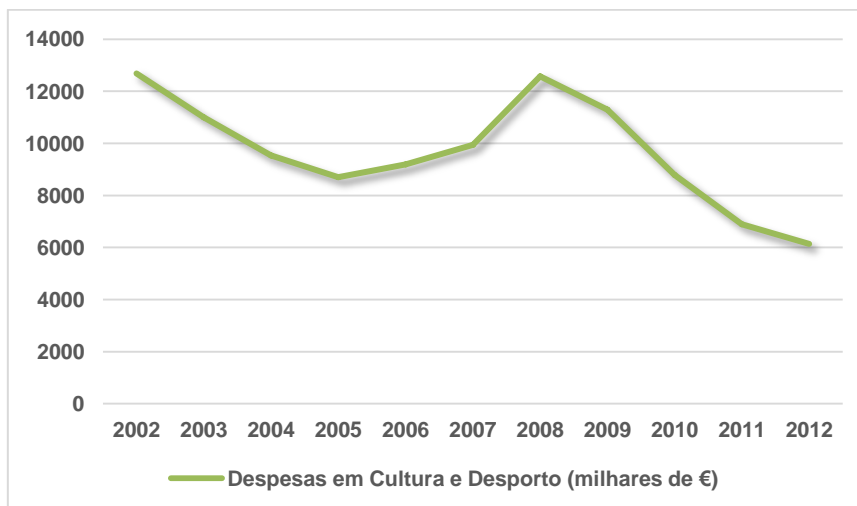


Figura 4. Evolução das despesas em cultura e desporto do Município da Maia

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelo INE

O gráfico presente na Figura 4, embora demonstre uma redução das despesas em cultura e desporto do Município da Maia (de 2002 a 2012), tendo em consideração a dinâmica e a evolução da oferta cultural e desportiva que se tem vindo a constatar no mesmo, revela uma evolução que se considera positiva, uma vez que reflete, por certo, a realização de investimentos cada vez mais eficientes ou investimentos que têm vindo a promover sinergias. Para além disso, tendo em conta o contexto económico no qual o país e o Município se inserem, de imposição na redução da despesa pública, é natural que se verifique uma evolução decrescente dos valores das despesas do Município, tal como tem vindo a acontecer com outras áreas de intervenção.

Um exemplo de aproveitamento de sinergias através da multifuncionalidade é a utilização de equipamentos de apoio à cultura com diversas funcionalidades, como é o exemplo do Centr'Arte, que potencia o trabalho artístico. Relativamente às iniciativas culturais do concelho, estas têm-se desenvolvido em diferentes áreas e dirigido para diferentes públicos (e.g. concursos literários, espetáculos de teatro, de dança, de música, mostras tecnológicas). Existem ainda algumas iniciativas mais dirigidas aos jovens, com o objetivo de potenciar a inclusão social e a capacitação, nomeadamente através da cultura e do desporto. Têm também sido aproveitadas oportunidades únicas e de elevado interesse, inclusive a nível de promoção internacional, como foi o caso do evento “Maia, Cidade Europeia do Desporto”, e diversas iniciativas incentivando a prática



desportiva para toda a população, abrangendo diferentes tipos de desportos e gostos (desde o B.T.T., ao Zumba). As iniciativas neste âmbito têm tido impacto também na atração de visitantes de fora do concelho. Todas as iniciativas desenvolvidas neste âmbito têm como objetivo influenciar positivamente a participação cultural e associativa dos maiatos, fatores que podem ser importantíssimos para a capacitação dos diferentes atores, nomeadamente para a participação pública municipal em geral.

Os indicadores relativos à habitação indicam que os edifícios do Concelho da Maia são, em média, mais recentes que os da sub-região e do país. Relativamente à qualidade da habitação, verifica-se que a proporção dos edifícios com necessidade de recuperação no Concelho da Maia é superior à média do país e da Região Norte, devido a núcleos urbanos antigos, mas inferior à média do Grande Porto. A definição do plano de reabilitação urbana do concelho pretende contribuir para a melhoria deste indicador. Quanto à proporção de edifícios sobrelotados, a Maia apresenta um valor superior ao encontrado para o país e um valor inferior ao encontrado para o Grande Porto e Região Norte, revelando necessidade de intervenção a este nível.

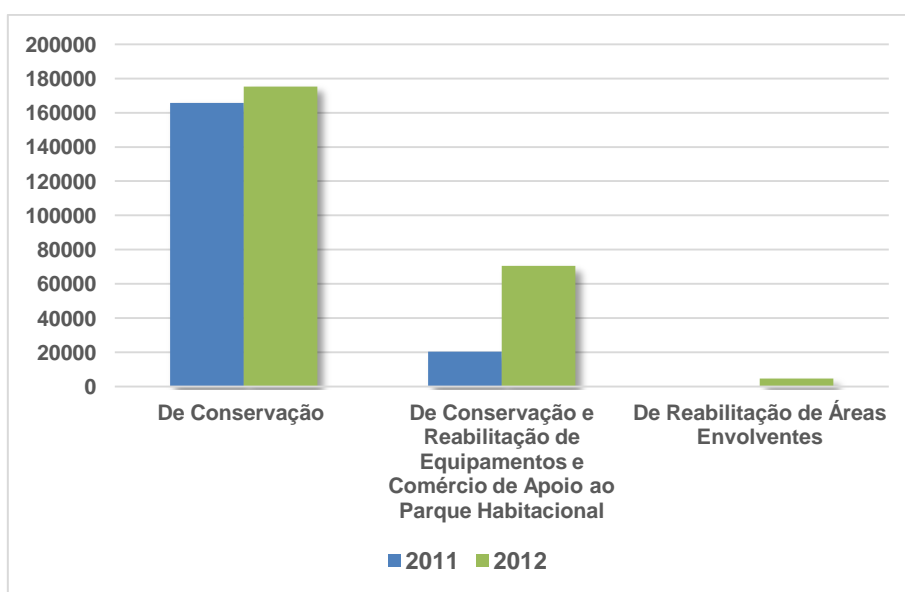


Figura 5. Despesa efetuada em obras de conservação/reabilitação do parque habitacional social do Município da Maia

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponibilizados pelo INE

A Figura 5 demonstra que o Município e, em particular, empresa municipal Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., têm vindo a intervir, de forma crescente, ao nível da habitação social. A evolução da despesa do ano de 2011 para 2012 foi positiva para todas as variantes de investimento



apresentadas, evidenciando-se o crescimento do valor do investimento em conservação e reabilitação de equipamentos e comércio de apoio ao parque habitacional.

De salientar, no âmbito da habitação de interesse social, que é no núcleo correspondente à Cidade da Maia, mais precisamente dentro do perímetro da Área de Reabilitação Urbana do Centro da Maia, atualmente delimitada, que se concentram os empreendimentos mais antigos, designadamente, o Bairro do Sobreiro e os conjuntos Maia I e Maia II, construídos pelo extinto Fundo de Fomento da Habitação (FFH) em finais da década de 70. De acordo com a análise efetuada no âmbito da referida ARU e do Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), que é parte integrante deste PEDU, estes empreendimentos apresentam níveis significativos de degradação física, tanto ao nível do edificado como do sistema de espaços públicos que lhes correspondem, de tal modo que a programação e implementação de ações de reabilitação e requalificação destas áreas é cada vez mais premente e determinante para o desenvolvimento urbanístico do Centro da Maia. Nesta medida o Município já desencadeou procedimentos para a melhoria desta matéria com a concretização de operações de requalificação inserida uma estratégia para a regeneração destes edificados urbanos. Todavia dada a dimensão da intervenção que é necessária concretizar é crítico que, esta situação muito sensível no caso do Bairro do Sobreiro, pela sua dimensão e expressão populacional, de tal modo que a estratégia municipal estabelecida através do PARU aposte claramente na sua regeneração e na diversificação de projetos e opções de financiamento público e privado.

Relativamente à diversidade de usos dos espaços públicos do concelho, verifica-se uma elevada utilização dos mesmos, nomeadamente ao nível da urbanização do espaço público, principalmente para o propósito do estacionamento. No que diz respeito aos espaços verdes, existem diversos parques urbanos e opções de espaços verdes ou jardins de proximidade, nos quais se contabilizam cerca de 60 parques infantis e 3 parques com equipamentos geriátricos. Estes encontram-se disponíveis em diversas zonas da cidade e representam também a aposta municipal na disponibilização de habitação social de elevada qualidade.

Importa ainda contextualizar as carências mais significativas para os grupos mais vulneráveis identificados em matéria social, tendo como referência o Diagnóstico Social do Município da Maia, 2014. No domínio socioeconómico das famílias maiatas no que respeita à sua situação laboral e rendimentos, em 2012, o Município da Maia encontrava-se na 6.^a posição, com 1 957 processos abertos na Segurança Social, correspondendo a 5,65% do total de processos relativamente aos 18 municípios do distrito do Porto². Relativamente aos beneficiários da medida de RSI na Maia, são as freguesias de Águas Santas (510) e de Pedrouços (270) as que apresentaram os valores mais elevados, seguindo-se Vermoim e Maia, hoje Cidade da Maia, correlacionados com a localização do Bairro do Sobreiro e Bairros Maia 1 e 2, locais onde se registam o maior número de atendimentos nos designados Gabinetes de Atendimento Integrado Local – GAIL, estruturas criadas, em boa hora, no sentido de procurar respostas integradas entre as entidades que intervêm no tecido

² Para efeitos de segurança social, os dados são tratados ao distrito.



social do município, racionalizando o uso dos recursos físicos e humanos, criando um serviço de proximidade e o acesso a sistemas sociais básicos, garantindo a maior inserção das comunidades.

Com efeito, analisando o trabalho desenvolvido durante o ano de 2011, o G.A.I.L com maior número de atendimentos realizados foi o de Águas Santas, com 1.495 atendimentos, sendo que, as freguesias que abrangem este gabinete, tem um elevado número de população residente (Águas Santas: 27.470 e Pedrouços: 12.149), continuando o G.A.I.L Maia Norte a apresentar o menor número, com 484 atendimentos, dado este gabinete abranger um menor contingente populacional. (Moreira: 12.890 e Vila Nova da Telha: 5.886).

A informação recolhida no trabalho realizado por estes gabinetes de atendimento, esclarecem-nos para a necessidade de contribuir para a apresentação de soluções para problemas que afetam algumas comunidades de uma forma mais expressiva, agrupados em 7 grandes categorias: carência económica (rendimento per capita inferior à pensão social), apoio institucional, saúde, habitação social, desemprego, endividamento e comportamentos desviantes, categorias essas associadas a contextos de risco, trabalho que contribui para a diminuição da vulnerabilidade das comunidades e para o desenvolvimento adequado do público-alvo.

Na continuação deste trabalho uma referência adicional para a preocupação crescente em trabalhar na defesa e apoio à vítima de violência doméstica³, criando mais e melhores estruturas neste sentido, cujos fenómenos têm maior ocorrência nas freguesias de Águas Santas e Cidade da Maia, locais de maior concentração populacional, situações que se encontram sinalizadas e a serem alvo de acompanhamento pela rede social, que procura novas respostas para o fenómeno, adequadas e integradas com as demais ações em curso.

2.1.2 Identificação dos problemas e da situação atual

De uma forma geral, podem destacar-se em cada um dos planos, como principais problemas do Município, os seguintes:

No PEDU:

- Taxa de desemprego superior à média do país;
- Taxa de abandono escolar elevada em comparação com as taxas em Portugal, Norte e AMP;
- Taxa de dependência de jovens elevada em comparação com o restante país, zona norte e AMP;
- Taxa de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social superior à média registada em Portugal e no Norte do País, mas inferior à registada na AMP;

³ Entende-se como sendo qualquer conduta ou omissão que inflija repetidamente sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos e ou económico de forma direta ou indireta (por meio de ameaças, enganar, coação ou qualquer outro meio), a qualquer pessoa que resida no mesmo agregado familiar, ou que, não residindo, seja cônjuge ou companheiro ou ex-cônjuge ou ex-companheiro, ascendente ou descendente, sendo esta um atentado à dignidade do ser humano.



- Proporção de edifícios com necessidade de reparação superior à média nacional e da Região Norte (30,99 vs. 28,92 e 30,84);
- Estado de degradação de alguns edifícios da ARU do Centro da Maia em nível bastante avançado, como p.e. os edifícios do Bairro do Sobreiro, Maia I e Maia II. Este estado de degradação é também visível nos espaços públicos que os compreendem;
- Edifícios sobrelotados com média superior ao país.

No PARU :

- Espaços comerciais de serviços obsoletos;
- Edifícios degradados ou devolutos;
- Espaços não programados e vazios urbanos;
- Envelhecimento populacional;
- Edifícios de habitação social, construídos nos últimos 30 a 40 anos com um estado de conservação mau;
- Edifícios mais antigos com estado de conservação razoável e mau (alguns casos de ruína);
- Espaços públicos com necessidade clara de requalificação;
- Arruamentos com passeios laterais exíguos;
- Espaços verdes residuais.

No PAMUS:

Circulação pedonal

- Problemas de circulação pedonal, tais como: descontinuidade de itinerários pedonais, pavimento inadequado ou em mau estado de conservação (falta de conservação), passeios exíguos (com implicações na segurança dos peões e circulação de pessoas com mobilidade condicionada) e zonas de conflito com o modo rodoviário;
- Mobiliário urbano excessivo;
- Ocupação ilegal e abusiva do espaço pedonal por parte do estacionamento;
- Localização desadequada de algumas paragens de transporte coletivo;
- Sinalização e informação desadequadas;
- Insegurança associada às passagens de peões.

Ciclável

- Arruamentos não preparados para acomodar o trânsito ciclável;
- Orografia desfavorável num número considerável dos arruamentos;
- Pavimentos desadequados ou em mau estado de conservação;



- Riscos associados ao conflito com o tráfego motorizado;
- Não articulação com os restantes meios de transporte.

Rodoviário

- Forte peso do automóvel na repartição modal e reduzido peso do transporte coletivo;
- Níveis de saturação em redes rodoviárias bastante elevados (freguesia da Barca é a mais crítica);
- EN 114 e EM 13 com níveis de congestionamento elevados e baixas velocidades praticadas;
- A3 e A41 provocam alguns efeitos de barreira entre sedes de freguesias do concelho;
- Transporte público com linhas orientadas essencialmente no sentido norte-sul, o que gera dificuldades nas ligações transversais este-oeste;
- Transporte público com degradação dos tempos de viagem em horas de ponta;
- Algumas zonas do concelho mal servidas pelo transporte coletivo;
- Elevada percentagem de estacionamento ilegal;
- Fraca disponibilidade de estacionamento;
- Fraca utilização de parques.

No PAICD:

- Falta de apoios necessários para responder às necessidades sociais: carência económica (rendimento per capita inferior à pensão social), apoio institucional, saúde, habitação social, desemprego, endividamento e comportamentos desviantes, categorias essas associadas a contextos de risco, trabalho que contribui para a diminuição da vulnerabilidade das comunidades e para o desenvolvimento adequado do público-alvo;
- Concentração de problemas sociais em pontos específicos do concelho (e.g. conjuntos de habitação social);
- 19% das famílias com pelo menos um elemento desempregado.



2.1.3 Análise SWOT

Principais Oportunidades

- As boas acessibilidades (locais e internacionais) podem constituir um fator de atração de população residente, investimento e turistas;
- Procura de Portugal para a instalação de centros de serviços e indústria;
- Contexto europeu e nacional favorável para o desenvolvimento urbano sustentável e iniciativas de coesão social - apostas do Município;
- As iniciativas inovadoras em termos de sustentabilidade ambiental em desenvolvimento podem criar oportunidades de cooperação e demonstração a nível internacional;
- Reforço da cooperação entre Universidades, Centros de Investigação e Empresas poderá criar um maior valor acrescentado, inovação e massa crítica;
- Crescimento económico de países (e.g.) da Ásia, América Latina e África pode contribuir para o crescimento das exportações do concelho;
- Potencial do turismo (de negócios, industrial, etc.) pode ser alavancado pela proximidade ao Porto;
- Bom desempenho económico do Município evidencia maior capacidade de investimento em diversas áreas de intervenção (considerando, designadamente, a aplicação de benefícios fiscais para a regeneração urbana e atração de investimento).

Principais Ameaças

- Forte concorrência por população, investimento e turistas de concelhos e regiões nacionais e internacionais;
- Diminuição generalizada das prestações sociais pode acarretar maiores encargos sociais para o Município;
- Persistência de padrões de mobilidade individual baseados no meio de transporte individual próprio pode acarretar efeitos ambientais nefastos;
- Ineficácia das políticas de prevenção e mitigação de alterações e riscos climáticos constitui ameaça à qualidade de vida da população e ao desenvolvimento de atividades económicas (por exemplo, ao nível da agricultura);
- Contexto europeu e nacional desfavorável ao investimento em infraestruturas físicas;
- Continuidade da contração da procura (nacional e internacional) poderá acarretar efeitos negativos para as empresas do concelho;



- Crise económica e incerteza formam um contexto desfavorável ao investimento (nacional e estrangeiro);

Principais Pontos Fracos

- Níveis de desemprego (apesar de abaixo das médias regionais e nacional);
- Elevada percentagem de população pendular. O Município da Maia apesar de ser um Município com movimentos pendulares dos trabalhadores positivos (são mais os trabalhadores que vêm para o Concelho que os que saem) apresenta um volume de movimentos dos mais altos da AMP;
- Presença de novas situações de pobreza e de isolamento no meio urbano;
- Elevada dependência do meio de transporte individual;
- Constrangimentos de mobilidade rodoviária e de logística, pontuais;
- Taxação de vias de comunicação da rede nacional que passam/se encontram próximas do concelho;
- Escassa interação e integração de Universidades, Centros de Investigação e Empresas;
- Perfil empresarial do concelho dominado por PME's;
- Escassez de Iniciativa Institucional privada com dinâmicas de atração e de influência;
- Reduzida oferta turística.

Principais Pontos Fortes

- Crescimento populacional com forte componente de população jovem;
- Redes locais e iniciativas de apoio social fortes;
- Presença de amenidades no domínio da educação, lazer, cultura e saúde;
- Poder de compra acima da média nacional;
- Iniciativas inovadoras e exemplares para a melhoria da qualidade ambiental;
- Presença do meio de transporte ferroviário ligeiro, intermodalidade e fáceis conexões;
- Conetividade internacional: aeroporto Francisco Sá Carneiro e proximidade ao Porto de Leixões;
- Proximidade ao Rio Douro, navegável;
- Recursos humanos qualificados;
- Forte dinâmica industrial, empresas de dimensão significativa e com dinâmicas exportadoras;
- Presença de infraestruturas e serviços de apoio às empresas;
- Transparência, disponibilização de informação e forte investimento municipal nas TIC;
- Bom desempenho económico do Município;
- Taxa de emprego superior à média.



2.1.4 Desafios e fatores críticos de sucesso

A potenciação das oportunidades e a anulação das ameaças identificadas na análise SWOT efetuada ao Município da Maia passa naturalmente por duas vias:

- 1) Tirar proveito dos pontos fortes existentes; e
- 2) Suprimir os pontos fracos do território.

O cumprimento do disposto nos pontos anteriores (e, em particular, no ponto 2) pressupõe uma resposta favorável, por parte do Município da Maia, aos principais desafios e fatores críticos de sucesso com os quais se depara. Esses desafios/fatores críticos de sucesso (FCS) e a sua relação com a análise SWOT são apresentados de seguida.

FCS1. Renovação e revitalização do Concelho

Sendo um ambiente urbano atrativo um dos principais fatores de dinamização do espaço público, do comércio local, da interação entre residentes e um fator de atratividade (e.g. de residentes, profissionais) de um concelho, este foi considerado um dos fatores críticos de sucesso do PEDU da Maia. A relevância da promoção da renovação e revitalização do concelho prende-se com a série de consequências e externalidades positivas que despoletará.

Assim sendo, no âmbito deste fator crítico, estabeleceram-se como objetivos:

Promover a atratividade do Concelho, nomeadamente pela via da requalificação dos espaços públicos e do edificado, da promoção do património com valor histórico e arquitetónico existente, destacando-se, naturalmente, neste contexto a vertente económica e a vertente cultural.

Incentivar a utilização dos espaços públicos, o envolvimento nas ações de promoção e dinamização dos mesmos e o sentimento de pertença junto da comunidade.

Incrementar a participação privada nos processos de requalificação e melhoria da imagem e ambiente urbano da Maia.

FCS2. Redução do teor de carbono no Concelho

Tendo em consideração a importância da qualidade ambiental de um território e o trabalho pioneiro desenvolvido pelo Município da Maia neste âmbito, nomeadamente via desenvolvimento do Plano de



Mobilidade Sustentável para o concelho, constitui um fator crítico de sucesso da estratégia do Município dar continuidade à aposta na redução do teor de carbono no concelho. Assim, foram definidos os seguintes objetivos:

Promover e potenciar a utilização do transporte público em detrimento do transporte privado, bem como a partilha de viaturas (sobretudo bicicletas).

Melhorar a acessibilidade e a mobilidade urbana (intra e interconcelhia), garantindo a intermodalidade e incentivando a adoção de modos suaves e não poluentes.

FCS3. Reforço do apoio na área social

A coesão territorial e social tem constituído também um dos pilares da estratégia do Município e do desenvolvimento do concelho. A promoção da mesma tem evitado que grupos específicos entrem num ciclo vicioso de declínio, gera e tem potencial para gerar, ainda mais, consequências (e.g. sucesso escolar, emprego) e externalidades positivas (e.g. impacto no comércio local, distinções para o concelho), nomeadamente nas dinâmicas e interações locais. Desta forma, estabeleceram-se os objetivos seguintes.

Combater a existência de focos de carência económica e de exclusão social, nomeadamente por via da aposta na implementação de ações no domínio social, que contribuam para o fomento da inclusão e da empregabilidade, da regeneração socioeconómica e física de comunidades e áreas críticas, nomeadamente: a reabilitação e qualificação urbanística (incluindo habitação, arranjo do espaço público, eliminação de barreiras físicas condicionantes da mobilidade de população portadora de deficiência, programas de higiene e salubridade urbana); e a refuncionalização de equipamentos públicos (com potencial elevado de acolhimento de funções sociais ou económicas) e de áreas urbanas degradadas que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, potenciando a reconversão profissional da população e a melhoria do seu perfil de empregabilidade, para uma reintegração efetiva no mercado de trabalho.



2.2 Estratégia

2.2.1 Objetivos e Vocação Específica do PEDU

Objetivos e definição da estratégia

Face ao diagnóstico apresentado, impõe-se a definição da estratégia implícita no PEDU da Maia, que contribuirá para a superação dos desafios/fatores críticos de sucesso anteriormente elencados.

A referida estratégia assenta num conjunto de Objetivos Estratégicos (OE), a saber:

OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável

Com este OE pretende-se promover a definição e implementação concertada de ações que contribuam para fomentar a mobilidade urbana sustentável. Esta revela-se essencial para a redução das emissões de carbono no Concelho da Maia, bem como para a renovação e revitalização do mesmo, nomeadamente por via da construção de ciclovias e vias pedonais, do desenvolvimento de soluções otimizadas de bilhética integrada, da melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, da estruturação de corredores urbanos de procura elevada, da criação de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real e da conceção de sistemas de gestão e informação de transporte que contribuam para a articulação entre territórios urbanos e territórios de baixa densidade.

Atendendo ao exposto, o presente OE concorre diretamente para a superação do FCS1 e FCS2 (apresentados anteriormente).

No contexto do PEDU, foi desenvolvido um plano de ação que deverá estar alinhado com o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável a ser elaborado ao nível da NUTS III AMP. Deste plano de ação constam os objetivos e investimentos específicos na área da mobilidade urbana sustentável que contribuirão para a concretização do presente OE.



OE2. Promover a regeneração urbana

Com este OE pretende-se promover a definição e implementação concertada de ações que contribuam para a regeneração do Concelho da Maia, devendo esta traduzir-se na revitalização do território, na melhoria do ambiente urbano e na redução do teor de carbono, nomeadamente por via da reabilitação do edificado (destinado, por exemplo, à habitação, ao uso público, ao comércio e/ou aos serviços) e do espaço público, bem como da recuperação, expansão e valorização de zonas verdes.

Assim, o presente OE concorre diretamente para a superação do FCS1, FCS2 e FCS3.

No contexto do PEDU, foi desenvolvido um plano de ação que se foca num conjunto de Áreas de Reabilitação Urbana para as quais a implementação das tipologias de ação anteriormente referidas são consideradas prioritárias. Essas ARU são:

- Centro da Maia (legalmente constituída, e em vigor desde janeiro de 2015, tendo o Executivo Municipal considerado pertinente proceder a uma revisão da sua delimitação) – principal foco da estratégia de regeneração urbana do Município;
- Área de Acolhimento Empresarial de Vilar de Luz (promoção da delimitação deliberada pelo Município) – localizada na Freguesia de Folgosa, configura uma infraestrutura de acolhimento empresarial no domínio da função aeronáutica, componentes de formação e lazer, as quais se pretende reforçar e alargar;
- Esteira da Rua D. Afonso Henriques (promoção da delimitação deliberada pelo Município) – abrange os aglomerados urbanos de Águas Santas e Pedrouços, sobretudo alguns núcleos mais degradados na envolvente;
- Núcleo de Ardegães (promoção da delimitação deliberada pelo Município) – abrange o aglomerado rural dos Lavradores e o Lugar de N.ª Sr.ª dos Aflitos, na Freguesia de Águas Santas;
- Núcleo do Monte de Santa Cruz (promoção da delimitação deliberada pelo Município) – na Freguesia do Castelo da Maia;
- Esteira da EN14 (promoção da delimitação deliberada pelo Município) – na Freguesia do Castelo da Maia;
- Esteira da Rua Cruz das Guardieiras (promoção da delimitação deliberada pelo Município) – entre a Rotunda das Guardieiras e o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, abrangendo os aglomerados urbanos de Moreira e Vila Nova da Telha, sobretudo alguns núcleos mais degradados na envolvente.

Do referido plano de ação constam os objetivos e investimentos específicos na área da regeneração urbana que contribuirão para a concretização do presente OE.



OE3. Apoiar as comunidades desfavorecidas

Com este OE pretende-se promover a definição e implementação concertada de ações que contribuam para a regeneração física, económica e social de comunidades desfavorecidas do Concelho da Maia, nomeadamente por via da reabilitação e qualificação urbanística dessas comunidades, da refuncionalização de equipamentos públicos e de áreas urbanas degradadas envolventes que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias e da implementação de programas integrados de experimentação social e animação territorial.

Atendendo ao exposto, o presente OE concorre diretamente para a superação do FCS1 e FCS3.

No contexto do PEDU, foi desenvolvido um plano de ação que se foca num conjunto de comunidades desfavorecidas para as quais a implementação das tipologias de ação anteriormente referidas são consideradas prioritárias. Essas comunidades são:

- Bairro da Travessa da Anta, Castelo da Maia;
- Bairro das Lagielas, Vila Nova da Telha;
- Bairro da Brisa 1 e 2, Pedrouços;
- Bairro da Travessa da Arroteia, Pedrouços;
- Bairro da Rua dos Coriscos, Águas Santas (para realojamento da população residente no atual conjunto de construções abarracadas na Rua Abel Salazar).

Os OE associados ao PEDU da Maia (anteriormente apresentados) estão alinhados com outros instrumentos/processos relevantes, como é o caso da redação atual (ainda por aprovar) do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte (PROT-Norte), da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Área Metropolitana do Porto (AMP), do Plano Diretor Municipal (PDM) da Maia, dos processos de definição e delimitação das ARU do Município da Maia, bem como da Política de Cidades (Cidades Sustentáveis 2020) e da Estratégia Nacional para a Habitação. Este alinhamento é evidenciado de seguida:



PROT-Norte

Os OE do PEDU centram-se em três áreas prioritárias, a saber: mobilidade urbana sustentável; regeneração urbana; e apoio a comunidades desfavorecidas. Estas áreas estão devidamente enquadradas nas orientações estratégicas das normas específicas do PROT-Norte, destacando-se, neste contexto, sem prejuízo de outras, as seguintes orientações:

1. Relativamente ao Sistema Urbano:

- *“Promover a reabilitação e regeneração urbana dos centros históricos das cidades e dos bairros degradados ou abandonados, através de ações públicas e do apoio às iniciativas dos particulares, nomeadamente pela atribuição de incentivos ou de reduções fiscais”;*
- *“Assegurar que as cidades constituem espaços de qualidade ambiental e bem-estar, promovendo formas sustentáveis de uso dos recursos, de desenho urbano, de edificação, de mobilidade e de paisagem, e condições adequadas de acesso à habitação, aos equipamentos e serviços e aos diversos tipos de amenidades”.*

2. Relativamente ao uso do solo:

- *“Privilegiar a concentração do edificado nos aglomerados urbanos e rurais e nas áreas de edificação dispersa existentes e delimitadas nos PMOT e promover a regeneração dos espaços urbanos degradados e desestruturados, criando condições de equilíbrio com a estrutura ecológica e com as unidades de paisagem existentes”.*

3. Relativamente à Mobilidade, Transportes e Acessibilidades:

- *“Promover o aumento da mobilidade sustentável de pessoas e mercadorias, a par do reforço da coesão interna das estruturas urbanas, através do reequilíbrio entre modos de transporte”;*
- *“Melhorar substancialmente a qualidade urbana das nossas cidades através da conjugação de esforços entre a reestruturação/ qualificação dos espaços-canal e novas políticas de mobilidade sustentável, em paralelo com a qualificação dos espaços das grandes concentrações residenciais”;*
- *“Promover os transportes públicos coletivos e individuais, atuando, quer sobre a dimensão empresarial do setor, quer sobre a procura de transportes, maximizando a utilização da oferta já disponível e tendo*



em vista melhorar a repartição modal com diminuição da dependência dos cidadãos e das organizações do transporte individual motorizado”.

EIDT da AMP

As áreas prioritárias previstas no PEDU (i.e. mobilidade urbana sustentável, regeneração urbana e apoio a comunidades desfavorecidas) enquadram-se também na EIDT da AMP. Este enquadramento é evidenciado aquando da análise dos seguintes objetivos temáticos (e respetivos objetivos específicos) previstos na EIDT:

1. Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores:
 - *“Incentivar a adaptação de edifícios públicos e da habitação e criar espaços inteligentes e saudáveis, garantindo a diminuição das emissões de carbono para a atmosfera”;*
 - *“Promover a mobilidade urbana multimodal, através de ganhos de eficiência e da diversificação das fontes energéticas”.*
2. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos:
 - *“Melhorar o ambiente urbano, designadamente através da requalificação e da reconversão das áreas industriais e urbanas degradadas”.*
3. Promover transportes sustentáveis e eliminar estrangulamentos nas principais infraestruturas das redes:
 - *“Mais passageiros no transporte público e mais sustentabilidade ambiental, económica e financeira”;*
 - *“Melhorar a atratividade dos centros das cidades qualificando-os e reduzindo a presença automóvel e todas as externalidades negativas associadas, com incremento dos modos suaves e dos transportes públicos”.*
4. Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação:
 - *“Intervir na requalificação patrimonial, social, cultural de espaços promovendo intervenções orientadas para o envelhecimento desprotegido, o abandono e o isolamento das populações”;*
 - *“Planear e reconfigurar os espaços segregados das cidades da AMP, através da valorização comunitária das diferenças e dos recursos específicos das populações, numa lógica de qualidade de vida”.*

Tendo em consideração os Objetivos Temáticos (OT) da EIDT da Área Metropolitana do Porto (AMP) 2020 e os Objetivos Estratégicos (OE) do PEDU da Maia (OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável, OE2.



Promover a regeneração urbana, OE3. Apoiar as comunidades desfavorecidas), explicita-se de seguida a coerência entre os quadros estratégicos de nível local (PEDU) e de nível intermunicipal (EIDT).

OT da EIDT da AMP 2020	OE do PEDU da Maia com os quais existe coerência	Notas
2. Melhorar o acesso às TIC	OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável, OE2. Promover a regeneração urbana, OE3. Apoiar as comunidades desfavorecidas	A elevada abrangência do presente OT, com objetivos específicos de reforço do uso de soluções avançadas nas áreas dos <u>transportes</u> , do <u>ensino e autoaprendizagem</u> , do <u>desenvolvimento e coesão territorial</u> e de promoção da utilização de tecnologias capacitadoras do conhecimento e inovação nas <u>empresas</u> , permite o enquadramento dos 3 OE do PEDU da Maia.
3. Reforçar a competitividade das PME	OE2. Promover a regeneração urbana	O OT 3 faz referência à otimização, qualificação e articulação de espaços físicos e virtuais que contribuam para o desenvolvimento das PME, o que se encontra em concordância com a promoção da regeneração urbana.
4. Transitar para uma economia de baixo teor de carbono	OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável, OE2. Promover a regeneração urbana	O OT4 visa incentivar a adaptação de edifícios para tornar mais inteligentes e saudáveis, o que se encontra em concordância com o OE2. No entanto, o objetivo deste OT é garantir a diminuição das emissões de carbono para a atmosfera, ou seja, este encontra-se também em concordância com o OE1.
5. Promover a adaptação às alterações climáticas e prevenção aos riscos	OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável, OE2. Promover a regeneração urbana	Dada a interligação existente entre riscos derivados de alterações climáticas (e.g. cheias) e, por exemplo, a emissão de gases de carbono, o OT5 tem interligação com o OE1 e OE2.
8. Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego	OE3. Apoiar as comunidades desfavorecidas	Este OT tem subjacente uma perspetiva de inclusão (e.g. de desempregados de longa duração, de desempregados em risco de exclusão). Assim sendo, encontra-se em coerência com o OE3.
9. Promover a inclusão	OE3. Apoiar as	A coerência estratégica existente entre ambos os



OT da EIDT da AMP 2020	OE do PEDU da Maia com os quais existe coerência	Notas
social e combater a pobreza e discriminação	comunidades desfavorecidas	objetivos é revelada através do seu próprio nome. Ambos visam, entre outros, a promoção da inclusão social, o combate à pobreza e discriminação e a valorização comunitária.
10. Investir na educação, na formação e na formação profissional	OE3. Apoiar as comunidades desfavorecidas	O OT10 tem subjacente uma lógica de redução do abandono e insucesso escolar, por exemplo. Tendo em consideração que este é um dos problemas presente nas comunidades desfavorecidas da Maia, o OT encontra-se em total coerência com o OE3.

Tabela 6. Coerência estratégica entre os quadros estratégicos EIDT e PEDU

Fonte: Elaboração própria

Apesar do Norte 2020 constituir o referencial estratégico para o desenvolvimento da estratégia do PEDU do Município da Maia (sendo esta completamente adaptada à realidade e necessidades do concelho), esta interligação não se encontrava evidenciada no documento. Assim sendo, a tabela seguinte pretende evidenciar a coerência existente entre os 3 Objetivos Específicos do Eixo Prioritário “Sistema Urbano” do PO Norte e os 3 Objetivos Estratégicos do PEDU da Maia.

Como será possível verificar, a coerência estratégica é evidente na descrição dos Objetivos de ambos os documentos.

Objetivos Específicos do Eixo Prioritário “Sistema Urbano” do PO Norte	Objetivos Estratégicos do PEDU da Maia
5.1.1. Promover uma mobilidade urbana ambiental e energeticamente mais sustentável, num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de reforço das cidades enquanto espaços privilegiados de integração e articulação de políticas e âncoras de	OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável: nomeadamente por via da construção de ciclovias e vias pedonais, do desenvolvimento de soluções de bilhética integrada, da melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, da estruturação de corredores urbanos de procura elevada, da criação de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real e de sistemas de gestão e informação de transporte que



Objetivos Específicos do Eixo Prioritário “Sistema Urbano” do PO Norte	Objetivos Estratégicos do PEDU da Maia
desenvolvimento regional.	contribuam para a articulação entre territórios urbanos e territórios de baixa densidade.
5.2.1. Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos centros urbanos de nível hierárquico superior enquanto fator de estruturação territorial, de bem-estar social e de competitividade regional.	OE2. Promover a regeneração urbana: através da definição e implementação concertada de ações que contribuam para a regeneração do Concelho da Maia, devendo esta traduzir-se na revitalização do território, na melhoria do ambiente urbano e na redução do teor de carbono.
5.3.1. Promover a inclusão social em territórios urbanos desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social.	OE3. Apoiar as comunidades desfavorecidas: através da definição e implementação concertada de ações que contribuam para a regeneração física, económica e social de comunidades desfavorecidas do Concelho da Maia.

Tabela 7. Coerência estratégica entre os quadros estratégicos Norte 2020 e PEDU

Fonte: Elaboração própria

Apesar de existirem propostas operacionais/de intervenção no PEDU que não se coadunam com as disposições do PO Norte, as mesmas integram a estratégia integrada e holística do Município da Maia e, desta forma, foram contempladas no documento.

PNOT

O alinhamento estratégico do PEDU da Maia com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNOT) foi também contemplado. De seguida, expõe-se o mesmo, através da análise dos seis Objetivos Estratégicos do PNOT, que, à semelhança dos Objetivos Estratégicos do PEDU se complementam e reforçam reciprocamente.

Objetivos Específicos do PNOT	Objetivos Estratégicos do PEDU da Maia	Notas
1. Conservar e valorizar a	OE1. Fomentar a	Tal como foi possível verificar anteriormente, os



Objetivos Específicos do PNOT	Objetivos Estratégicos do PEDU da Maia	Notas
biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos.	mobilidade urbana sustentável; OE2. Promover a regeneração urbana.	OE1 e OE2 visam contribuir, por exemplo, para a redução das emissões de carbono, o que tem um significativo impacto na conservação dos recursos de um território.
2. Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global.	OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável.	A promoção da articulação entre territórios urbanos e territórios de baixa densidade encontra-se estabelecida no OE1 do PEDU da Maia. A promoção desta articulação contribuirá assim para reforçar a competitividade territorial do país.
3. Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais.	OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável.	À semelhança do anterior, também o OE1 se encontra em coerência com o presente objetivo específico. Promover a integração e coesão está na base de todo o desenvolvimento do PEDU da Maia.
4. Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social.	OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável.	A promoção de uma mobilidade urbana sustentável assegurará uma maior equidade territorial no acesso a equipamentos e infraestruturas, pois tal como já referido, promoverá a articulação entre diferentes territórios (como os de baixa e elevada densidade).
5. Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública.	OE1. Fomentar a mobilidade urbana sustentável; OE2. Promover a regeneração urbana.	O OE1. do PEDU da Maia aplica o presente objetivo estratégico à área dos transportes e o OE2. à área da regeneração urbana. Assim sendo, existe coerência estratégica entre ambos.
6. Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação	OE3. Apoiar as comunidades	O OE3. encontra-se em coerência com o objetivo estratégico 6 do PNOT, pois tem em vista contribuir para uma participação informada, ativa



Objetivos Específicos do PNOT	Objetivos Estratégicos do PEDU da Maia	Notas
informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.	desfavorecidas.	e responsável por parte de todos os cidadãos, incentivando-a através de diversas ações do âmbito da inclusão social.

Tabela 8. Coerência estratégica entre os quadros estratégicos PNOT e PEDU

Fonte: Elaboração própria

PDM da Maia

A articulação entre a estratégia preconizada no PEDU e o PDM da Maia (publicado pelo Aviso nº 9751/2013, de 30 de julho) assume particular relevância no contexto do OE2. De facto, este OE tem incidência nas ARU anteriormente identificadas, cujas regras e critérios de proteção do património arquitetónico e arqueológico se encontram definidas no PDM da Maia, conforme indicação expressa incluída no processo do Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU) apresentado em anexo.

Esta estratégia assenta ainda nas linhas de ação e eixos de atuação definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Concelho da Maia (base para versão atual do PDM), o Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia, o Plano Municipal de Acessibilidade para Todos do Concelho da Maia, o Plano Diretor de Águas Pluviais e no Plano Municipal de Segurança Rodoviária da Maia, entre outros instrumentos e documentos de natureza estratégica produzidos pelo Município.

Processos de definição e delimitação das ARU da Maia

De igual modo, a articulação entre a estratégia preconizada no PEDU e os processos de definição e delimitação das ARU da Maia assume particular importância no âmbito do OE2, na medida em que a concretização do mesmo incide num conjunto de ARU que devem estar devidamente definidas e delimitadas (ou em processo de delimitação) e que são novamente referenciadas de seguida:

- Centro da Maia (procedimento de aprovação em curso);
- Área de Acolhimento Empresarial de Vilar de Luz (promoção da delimitação deliberada pelo Município);
- Esteira da Rua D. Afonso Henriques (promoção da delimitação deliberada pelo Município);
- Núcleo de Ardegães (promoção da delimitação deliberada pelo Município);
- Núcleo do Monte de Santa Cruz (promoção da delimitação deliberada pelo Município);
- Esteira da EN14 (promoção da delimitação deliberada pelo Município);
- Esteira da Rua Cruz das Guardieiras (promoção da delimitação deliberada pelo Município).



Política de Cidades (Cidades Sustentáveis 2020)

A estratégia Cidades Sustentáveis 2020 encontra-se também sustentada, entre outras orientações estratégicas e instrumentos, nos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT). A análise dos eixos estratégicos da estratégia Cidades Sustentáveis 2020 permite identificar a relação entre ambos. No entanto, é inerente à definição de qualquer estratégia, a identificação dos desafios a ultrapassar, sendo que no caso deste instrumento, estes desafios foram identificados para as cidades portuguesas.

À semelhança desta, também para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Maia, foi essencial a identificação dos principais desafios para o concelho e a realização de um diagnóstico adequado, com vista ao desenvolvimento de uma abordagem e respostas integradas, seguindo uma perspetiva de médio e longo prazo.

De seguida, apresenta-se a relação existente entre os eixos estratégicos da estratégia Cidades Sustentáveis 2020 e as áreas estratégicas do PEDU Maia.

1. Inteligência e Competitividade: ligado ao Objetivo Estratégico 2 do PEDU Maia;
2. Sustentabilidade e Eficiência: ligado aos Objetivos Estratégicos 1 e 2 do PEDU Maia;
3. Inclusão e Capital Humano: ligado aos Objetivos Estratégicos 2 e 3 do PEDU Maia.

Estratégia Nacional para a Habitação.

A Estratégia Nacional para a Habitação (ENH), surge com o objetivo principal de alargar o acesso à habitação e de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Estes objetivos impõem a indicação de medidas transversais perspetivadas a longo prazo e articuladas com soluções urbanas sustentáveis

A ENH assenta em três pilares – a Reabilitação Urbana, o Arrendamento Habitacional e a Qualificação dos Alojamentos.

Dos desafios e medidas/iniciativas apresentadas na ENH, destacamos as que maior relevância / interligação têm com a estratégia definida no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Maia.



Incentivar a conservação duradoura e regular do edificado

- Melhorar os instrumentos dos municípios para promover a reabilitação de edifícios degradados ou em ruína e a utilização de edifícios devolutos, em áreas urbanas consolidadas;
- Promover a reabilitação do espaço público visando a segurança e a melhoria das acessibilidades;
- Disponibilizar ferramentas que apoiem a avaliação do estado de conservação de edifícios.

Reduzir custos e simplificar o licenciamento na reabilitação de edifícios

- Potenciar os incentivos fiscais para efeitos de reabilitação de edifícios antigos.

Atrair investimento para a reabilitação do parque habitacional

- Participar no instrumento financeiro destinado a incentivar a reabilitação integral de edifícios para habitação;
- Aumentar as áreas urbanas abrangidas por Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e Operações de Reabilitação Urbana (ORU);
- Desenvolver novas medidas para a regeneração de áreas urbanas carenciadas.

Dinamizar o mercado de arrendamento

- Prosseguir com a dinamização do mercado de arrendamento urbano e criar a sua monitorização eficiente;
- Reduzir a carga fiscal nos encargos e nos rendimentos relacionados com o arrendamento habitacional;
- Reformar e incentivar a disseminação do regime de renda condicionada.

Integrar e valorizar os bairros e a habitação social

- Modernizar a gestão do parque de habitação social e criar instrumentos para articular e otimizar essa gestão;
- Criar novas soluções para a conservação de edifícios de habitação social.

Contribuir para a inclusão social e a proteção dos mais desfavorecidos

- Erradicar os núcleos de alojamentos precários;
- Proteger as vítimas de violência doméstica através de alternativas de alojamento;
- Promover a integração de minorias étnicas e de imigrantes e a melhoria das suas condições de alojamento.

Corresponder às novas realidades sociais e demográficas



- Promover o ajustamento das tipologias de alojamento à redução da dimensão das famílias;
- Incentivar a criação de soluções de alojamento adequadas às novas necessidades de mobilidade e emprego.

Promover a melhoria das condições de alojamento

- Incentivar a melhoria do conforto térmico e da eficiência energética no edificado habitacional;
- Promover a acessibilidade às habitações a pessoas com mobilidade condicionada;
- Erradicar as situações de alojamentos sem condições de salubridade e segurança.

Articulação com os programas de financiamento europeu

O município da Maia considera fundamental a implementação de mecanismos de coordenação e articulação entre a aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento e as atividades e os financiamentos de outras políticas. A coordenação e integração de intervenções e de financiamentos será necessária para maximizar ganhos de eficiência, para concretizar sinergias e para alavancar os recursos públicos do município, bem como para antecipar e dotar as equipas técnicas do município de ferramentas e *know-how* no acesso a instrumentos que, cada vez mais, serão prioritários e essenciais à prossecução das atividades das mesmas.

Neste sentido, a estratégia do município da Maia passa pela integração e articulação dos financiamentos nacionais com programas de financiamento europeus como o *URBACT*, *HORIZON 2020*, *INTERREG*, *Smartcities*, *ESPON*, *LIFE*, entre outros programas transfronteiriços e transnacionais que estejam ou venham a estar disponíveis e que permitam o desenvolvimento de ações nas áreas da sua competência, com especial incidência no desenvolvimento urbano, na redução de emissões e na integração e inclusão social.

Através destes instrumentos o município tenciona fundamentalmente, desenvolver parcerias estratégicas com outros municípios, mas também com universidades, centros de investigação, associações e empresas, entre outros, tendo em vista o intercâmbio de informação e de investigação, troca de experiências, disseminação de boas práticas, transferência de *know-how* e partilha de ferramentas em projetos inovadores, potenciando a operacionalização do desenvolvimento urbano sustentável, e estimulando, por sua vez, ganhos recíprocos de conhecimento e produção científica para a resolução dos seus problemas urbanos.

Pretende, igualmente, reforçar o trabalho em rede entre cidades e em plataformas nacionais e internacionais de cooperação, como clusters, redes e projetos-piloto com vista à preparação de estratégias de intervenção conjunta.



Pretende, ainda, participar em ações e projetos transfronteiriços de desenvolvimento socioeconómico e de valorização dos recursos endógenos e a sistematização de conhecimento urbano, fomentando as iniciativas de *benchmarking* e *benchlearning*, de recolha e sistematização de boas práticas e de participação em eventos ligados ao desenvolvimento urbano sustentável.



2.2.2. Componentes de Mobilidade Urbana Sustentável

Os planos de ação serão apresentados separadamente, no entanto, os mesmos foram pensados de forma integrada e complementar. Para além de evidenciar a articulação existente entre os diferentes planos de ação, as tabelas seguintes (para o PAMUS, PARU e PAICD) evidenciam a articulação entre projetos em concreto. Iniciando-se pelo PAMUS, a tabela seguinte evidencia as interdependências entre os projetos deste e os restantes. Como é possível verificar, existem diversos projetos que além de serem interdependentes, dependem da realização prévia de outros. Assim sendo, a tabela seguinte permite identificar quais os projetos que devem ser iniciados primeiramente e os que devem ser trabalhados em simultâneo.

Projetos PAMUS	Projetos com os quais existem interdependências
I-1 Ações de Sensibilização para a problemática da mobilidade sustentável (pedonal e ciclável)	Interage com todos os projetos do PAMUS, sobretudo com os relacionados com as intervenções das tipologias I, II, III.
I-2 Criação de um sistema de bicicletas partilhadas	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-3, I-5, I-6, I-7, I-13, I-14, I-15, I-16 e I-17 e III-5 do PAMUS e n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do PARU.
I-3 Criação e desenvolvimento de Rede Ciclável - Ciclovia Urbana do Centro da Cidade	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-5, I-6, I-7, I-13, I-14, I-15, I-16 e I-17 do PAMUS e n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do PARU.
I-4 Criação e desenvolvimento de Rede Ciclável - Ciclovia Urbana de Águas Santas	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-5, I-8 e do III-2 do PAMUS e projetos que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, para a ARU, cujo projeto de delimitação se encontra em curso, na esteira da Rua Dom Afonso Henriques, entre a envolvente norte ao cruzamento do Alto da Maia e o entroncamento com a Travessa das Oliveiras, abrangendo os aglomerados urbanos de Águas Santas e Pedrouços.
I-5 Criação de uma rede estruturada de infraestruturas de estacionamento para bicicletas	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-2, I-3, I-4, I-6, I-7, I-8, I-13, I-14, I-15, I-16, I-17 e III-2 do PAMUS e n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do PARU.
I-6 Prolongamento do Ecocaminho da Maia, desde as "Avenidas Paralelas" (ligação ao Centro da Cidade da Maia) à estação de Metro de Mandim (Zona Empresarial Maia I)	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-2, I-3, I-5, III-4, IV-1 e IV-2 do PAMUS.
I-7 Medidas de acalmia de tráfego e definição	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-3, I-5, I-6, I-12, I-



Projetos PAMUS	Projetos com os quais existem interdependências
de “zonas 30” no núcleo urbano da Cidade da Maia	13, I-14, I-15, I-16, I-17 e III-5 do PAMUS e n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 do PARU.
I-8 Medidas de acalmia de tráfego e definição de “zonas 30” no núcleo urbano de Águas Santas	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-5, I-8, I-12, III-2 e III-5 do PAMUS e projetos que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, para a ARU, cujo projeto de delimitação se encontra em curso, na esteira da Rua Dom Afonso Henriques, entre a envolvente norte ao cruzamento do Alto da Maia e o entroncamento com a Travessa das Oliveiras, abrangendo os aglomerados urbanos de Águas Santas e Pedrouços.
I-9 Medidas de acalmia de tráfego e definição de “zonas 30” no núcleo urbano do Castelo da Maia	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-6, I-12, III-4, III-5, III-7, IV-2 e VIII-1 do PAMUS e projetos que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, para a ARU, cujo projeto de delimitação se encontra em curso, na esteira da EN14, entre a rotunda da Decathlon/Maxmat, a sul e o entroncamento com a Tv. da Areosa a norte, na freguesia do Castelo da Maia.
I-10 Medidas de acalmia de tráfego e definição de “zonas 30” no núcleo urbano de Pedrouços	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-12, I-18 e III-5 do PAMUS e projetos que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, para a ARU, cujo projeto de delimitação se encontra em curso, na esteira da Rua Dom Afonso Henriques, entre a envolvente norte ao cruzamento do Alto da Maia e o entroncamento com a Travessa das Oliveiras, abrangendo os aglomerados urbanos de Águas Santas e Pedrouços.
I-11 Medidas de acalmia de tráfego e definição de “zonas 30” no núcleo urbano do Lidador	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-12, III-3, III-5, III-6 e IV-2 do PAMUS e projetos que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, para a ARU, cujo projeto de delimitação se encontra em curso, na esteira da esteira da Rua Cruz das Guardadeiras, entre a Rotunda das Guardadeiras e o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, abrangendo os aglomerados urbanos de Moreira e Vila Nova da Telha.
I-12 Promoção da Segurança e Inclusão dos circuitos pedonais no acesso aos principais equipamentos escolares	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-3, I-4, I-5, I-7, I-8, I-9, I-10, I-11, I-13, I-15 e III-5 do PAMUS.
I-13 Requalificação da Avenida Altino Coelho na Cidade da Maia, entre a rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-3, I-5, I-7, I-12, I-14, I-15 e III-5 do PAMUS e n.ºs 9, 10 e 30 do PARU.



Projetos PAMUS	Projetos com os quais existem interdependências
a Travessa da Quinta Nova (frente da Zona Desportiva) - requalificação de percurso pedonal e integração de percurso ciclável	
I-14 Requalificação da Rua Altino Coelho na Cidade da Maia, entre a Rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia e a área de intervenção do projeto Praça do Oxigénio - requalificação de percurso pedonal e integração de percurso ciclável	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-3, I-5, I-7, I-12, I-14, I-15 e III-5 do PAMUS e n.ºs 9, 10 e 30 do PARU e n.ºs 1, 2, 5 e 47 do PARU.
I-15 Requalificação da Av. D. Manuel II na Cidade da Maia (desde o entroncamento com a Rua José Rodrigues da Silva Júnior até à rotunda do Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia) - requalificação de percurso pedonal e integração de percurso ciclável	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-3, I-5, I-7, I-13, I-14 e III-5 do PAMUS e n.ºs 9 e 29 do PARU.
I-16 Requalificação da Rua Eng.º. Duarte Pacheco na Cidade da Maia (entre a Travessa Eng.º. Duarte Pacheco e a área de intervenção do projeto Praça do Oxigénio) - requalificação de percurso pedonal e integração de percurso ciclável	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-3, I-5, I-7, I-14 e III-5 do PAMUS e n.ºs 5, 7, 8, 9 e 21 do PARU. Faltam blocos sobreiro na Duarte Pacheco
I-17 Requalificação da Avenida António Santos Leite na Cidade da Maia, entre o Memorial à Árvore e a rotunda de acesso à Via Periférica - requalificação de percurso pedonal e integração de percurso ciclável	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-3, I-5, I-7, e III-5 do PAMUS e n.ºs 4, 6, 18 e 42 do PARU.
I-18 Requalificação da EN12 / Circunvalação - requalificação de percurso pedonal e integração de percurso ciclável e BRT/LRT (BUS Rapid Transport)	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-10, I-12 e III-5 do PAMUS e projetos que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, para a ARU, cujo projeto de delimitação se encontra em curso, na esteira da Rua Dom Afonso Henriques, entre a envolvente norte ao cruzamento do Alto da Maia e o entroncamento com a Travessa das Oliveiras, abrangendo os aglomerados urbanos de Águas Santas e Pedrouços.
II-1 Promoção da Integração Tarifária	Interage com todos os projetos do PAMUS, sobretudo com os



Projetos PAMUS	Projetos com os quais existem interdependências
	relacionados com as intervenções das tipologias I, III, IV e V-1.
III-1 Disponibilização de informação nos principais interfaces de transporte	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-2, I-3, I-4, I-5 e I-6, II-1, III-2, III-3, III-4, III-5, IV-1, IV-2, IV-3 e V-1 do PAMUS.
III-2 Melhoria da integração física entre modos e do funcionamento de interfaces - Interface Intermodal de Águas Santas/Palmilheira Linhas Urbanas de Braga, Guimarães (Minho) e Caíde (Douro) do Caminho de Ferro	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-4, I-5, I-8, I-12, II-1, III-1, III-4, III-5, IV-1 e V-1 do PAMUS e projetos que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, para a ARU, cujo projeto de delimitação se encontra em curso, na esteira da Rua Dom Afonso Henriques, entre a envolvente norte ao cruzamento do Alto da Maia e o entroncamento com a Travessa das Oliveiras, abrangendo os aglomerados urbanos de Águas Santas e Pedrouços.
III-3 Melhoria da Integração física entre modos e do funcionamento de interfaces - Interface Intermodal do Aeroporto Francisco Sá Carneiro	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-11, II-1, III-1, III-4, III-5, IV-2 e IV-3 e V-1 do PAMUS e projetos que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, para a ARU, cujo projeto de delimitação se encontra em curso, na esteira da esteira da Rua Cruz das Guardadeiras, entre a Rotunda das Guardadeiras e o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, abrangendo os aglomerados urbanos de Moreira e Vila Nova da Telha.
III-4 Organização e formalização na oferta de estacionamento tarifado, em parque e à superfície, junto aos interfaces	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-7, I-8, I-9, I-11, III-2 e III-3 do PAMUS
III-5 Melhoria das Condições de acolhimento nas paragens de transporte coletivo rodoviário	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-7, I-8, I-9, I-10, I-11, I-12, I-13, I-14, I-15, I-16, I-17, I-18, III-1, III-2, III-3, IV-1, IV-2, IV-3 do PAMUS e com os projetos de reabilitação das áreas centrais abrangidas.
III-6 Construção de passagem superior à Linha de Metro (vermelha), junto ao interface de Pedras Rubras	-
III-7 Construção de passagem inferior à Linha de Metro (verde), junto ao interface do Castelo da Maia - Rua da Quinta Amarela	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-9 e IV-2 do PAMUS e projetos que venham a ser desenvolvidos no âmbito da Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana, para a ARU, cujo projeto de delimitação se encontra em curso, na esteira da EN14, entre a rotunda da Decathlon/Maxmat, a sul e o entroncamento com a Tv. da Areosa a norte, na freguesia do Castelo da Maia.



Projetos PAMUS	Projetos com os quais existem interdependências
III-8 Sistema de ligação viária do Centro Logístico de Carga Aérea (CLCA) à A28	-
III-9 Acessos ao Aeródromo Vilar de Luz Maia - Santo Tirso	Projeto III-4 do PARU
IV-1 Reorganização do Sistema de Transportes Coletivos Rodoviário - Lançamento da Linha Estação CP Águas Santas Área Acolhimento Empresarial Maia I	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-6, I-8, II-1, III-1, III-2, III-5, IV-2, IV-3 e V-1 do PAMUS e com os projetos de reabilitação das áreas centrais abrangidas.
IV-2 Reorganização do Sistema de Transportes Coletivos Rodoviário - Lançamento da Linha Castelo da Maia AFSC	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-6, I-9, II-1, III-1, III-3, III-5, IV-1, IV-3 e V-1 do PAMUS e com os projetos de reabilitação das áreas centrais abrangidas.
IV-3 Reorganização do Sistema de Transportes Coletivos Rodoviário - Lançamento da Linha Estação Fórum Maia SONAE AIFSC	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-7, II-1, III-1, III-3, III-5, IV-1, IV-2 e V-1 do PAMUS e com os projetos de reabilitação das áreas centrais abrangidas.
IV-4 Prolongamento da Linha C da Metro do Porto, da Estação do ISMAI até ao Concelho da Trofa	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-9, II-1, III-1, III-4, III-5, III-7, IV-2, V-1 do PAMUS.
V-1 Criação de um site de informação integrada sobre o Sistema de Transportes Públicos Metropolitanos	Com os projetos que se seguem: projetos n.º I-1, I-2, I-3, I-4, I-5, I-6, II-1, III-1, III-2, III-3, III-4, III-5, IV-1, IV-2, IV-3 do PAMUS.
V-2 Monitorização Estratégica Intercalar e Final do PAMUS	Apresenta interdependências com todas as demais ações do PAMUS
VI-1 Estudo para a implementação de um sistema centralizado de controlo e gestão de tráfego	Com os projetos que se seguem: projetos n.º V-1 e V-2 do PAMUS.
VIII-1 Conclusão de um troço da Via Periférica, correspondente à ligação da Rua do Souto à Avenida Dom Mendo (antiga EN 13)	Com os projetos que se seguem: projetos n.ºs I-1, I-2, I-3, I-6 e IV-3.
VIII-2 Criação de sistema viário/ciclável/pedonal de ligação da Zona Empresarial da Maia II ao Interface Ferroviário	Com os projetos que se seguem: projetos n.ºs I-1, III-1.



Projetos PAMUS	Projetos com os quais existem interdependências
do Leandro e à A41	
VIII-3 Sistema de ligação viária/ciclável/pedonal entre a Rua N. Sr. da Caridade, Via Diagonal e a A41	Com os projetos que se seguem: projeto n.º I-1.
VIII-4 Sistema de Ligação Viária/Pedonal/Ciclável entre o Interface de Metro de Crestins, a Zona Empresarial das Minhoteiras e as A41 e VRI	Com os projetos que se seguem: projetos n.ºs I-1, III-1.
VIII-5 Sistema de ligação viária/pedonal/ciclável entre a Urbanização dos Maninhos e a Rua 5 de Outubro	Favorece o sucesso da implementação de zonas 30 no Centro da Cidade e de projetos de Requalificação de Percursos Pedonais e Cicláveis nas principais artérias do Centro da Cidade.

Tabela 9. Interdependências entre projetos do PAMUS e restantes projetos

Fonte: Elaboração própria

A informação de detalhe deverá ser consultada no Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável.

2.2.3. Componentes do Plano de Ação de Regeneração Urbana

Tal como já referido, os planos de ação são apresentados separadamente, mas foram pensados de forma integrada e complementar. A tabela seguinte evidencia as interdependências entre os projetos do PARU e os restantes. Como é possível verificar, existem diversos projetos que além de serem interdependentes, dependem da realização prévia de outros. Assim sendo, a tabela seguinte permite identificar quais os projetos que devem ser iniciados primeiramente e os que devem ser trabalhados em simultâneo.

Projetos PARU	Projetos com os quais existem interdependências
I-1 Requalificação do sistema de espaços públicos, equipamentos e infraestruturas do Bairro do Sobreiro - áreas verdes de fruição e enquadramento paisagístico, incluindo hortas urbanas acessíveis, canais de circulação pedonal e mecânica, zonas 30, percursos acessíveis e extensões viárias de ligação à malha urbana envolvente e espaços intersticiais, excluindo a requalificação da Rua Central do Sobreiro e a	Projetos I-2, I-5, II-1, II-2, II-3, II-4, II-13, II-25, III-3, IV-3 e IV-10 do PARU e I-2, I-5, I-7 e I-16 do PAMUS



Projetos PARU	Projetos com os quais existem interdependências
extensão desta até à Rua Padre Luís Campos	
I-2 Requalificação e reperfilamento da Rua Central do Sobreiro, com extensão viária de ligação entre a zona de acesso à Torre 3 do Bairro do Sobreiro e o entroncamento da Rua Padre Luís Campos com a Rua Altino Coelho, incluindo renovação parcial de infraestruturas, mobiliário urbano, passeios acessíveis e percursos cicláveis	Projetos I-1, II-1, II-2, II-4 e IV-10 do PARU e I-2, I-5 e I-7 do PAMUS
I-3 Requalificação do sistema de espaços públicos (zonas verdes, circulações e áreas intersticiais), equipamentos e infraestruturas do empreendimento Maia I, incluindo percursos acessíveis	Projetos II-5 do PARU e I-2, I-5 e I-7 do PAMUS
I-4 Requalificação do sistema de espaços públicos (zonas verdes, circulações e áreas intersticiais), equipamentos e infraestruturas do empreendimento Maia II, incluindo percursos acessíveis	Projetos II-5 do PARU e I-7 e I-17 do PAMUS
I-5 Obras de urbanização correspondentes ao loteamento de iniciativa municipal UI-1 / Praça do Oxigénio – requalificação e reperfilamento de arruamentos preexistentes, nova extensão de ligação à Rua Altino Coelho e construção parcial da designada Praça do Oxigénio	Projetos I-1, I-4, III-3 e IV-3 do PARU e I-2, I-5, I-7, I-14 e I-16 do PAMUS
I-6 Requalificação da Rua Dona Deolinda Duarte dos Santos, entre a Rua Eng.º Duarte Pacheco e a Rua do Barão de São Januário, incluindo tratamento do acesso ao novo Tribunal da Maia e Travessa Dona Deolinda Duarte dos Santos	Projetos I-7, II-24 e IV-6 do PARU e I-16 do PAMUS
I-7 Requalificação da Rua Clotilde Ferreira da Cruz, entre a Rua do Barão de São Januário e a Rua Eng.º Duarte Pacheco, incluindo execução de muros em arruamentos contíguos já requalificados	Projetos I-6 e II-24 do PARU e I-16 do PAMUS
I-8 Reforço e requalificação das zonas verdes e dos espaços de utilização coletiva e respetiva valorização paisagística no quarteirão afeto à Zona Desportiva do centro da cidade	Projetos I-9, II-14, II-15, II-16 e II-17 do PARU e I-2, I-5, I-13 e I-15 do PAMUS
I-9 Construção de passeios acessíveis na Avenida Luís de Camões e requalificação do troço da Rua José Rodrigues da Silva Júnior integrado na ARU do Centro da Maia	Projetos I-8, II-14, II-15, II-16 e II-17 do PARU e I-2, I-3, I-5, I-13 e I-15 do PAMUS
I-10 Construção de fonte na Praça do Doutor José Vieira de Carvalho	Projeto IV-10 do PARU
II-1 Reabilitação do Edifício do Bairro do Sobreiro - reabilitação da envolvente exterior e zonas comuns dos blocos habitacionais (36	Projetos I-1, I-2, II-3, IV-3 e IV-10 do PARU e I-3, I-7, I-14 e I-16 do PAMUS



Projetos PARU	Projetos com os quais existem interdependências
edifícios, 278 fogos - 6 T1, 28 T2, 216 T3 e 28 T4)	
II-2 Reabilitação do Edificado do Bairro do Sobreiro - reabilitação da envolvente exterior e zonas comuns das torres (4 edifícios, 148 fogos, 147 T3 e 1 T1)	Projetos I-1, I-2, II-3, II-4, IV-3 e IV-10 do PARU e I-3, I-7, I-14 e I-16 do PAMUS
II-3 Melhoria da Eficiência Energética e Integração de Energias Renováveis nos Blocos do Bairro do Sobreiro (43 blocos, incluindo 7 blocos já reabilitados, correspondentes a 302 fogos - 6 T1, 28 T2, 240 T3 e 28 T4)	Projetos I-1, I-2, II-1 e IV-3 do PARU
II-4 Reabilitação do Edificado do Bairro do Sobreiro - reabilitação do piso de equipamento, serviços e comércio correspondente às torres 1, 2 e 3 do Bairro do Sobreiro, para instalação de unidade de banco alimentar, serviços da Proteção Civil, Polícia Municipal e armazéns municipais	Projetos I-1, I-2, II-2 e IV-10 do PARU
II-5 Reabilitação do Empreendimento Maia I - reabilitação da envolvente exterior e zonas comuns dos blocos habitacionais (3 edifícios, 66 fogos - 18 T2, 33 T3 e 15 T4)	Projetos I-3, III-1 e IV-3 do PARU
II-6 Reabilitação do Empreendimento Maia II - reabilitação da envolvente exterior e zonas comuns dos blocos habitacionais (2 edifícios, 56 fogos - 16 T2, 28 T3 e 12 T4)	Projetos I-3 e IV-3 do PARU e I-17 do PAMUS
II-7 Melhoria da Eficiência Energética e Integração de Energias Renováveis nos edifícios do Empreendimento Maia I (3 edifícios, 66 fogos - 18 T2, 33 T3 e 15 T4)	Projeto II-5 do PARU
II-8 Melhoria da Eficiência Energética e Integração de Energias Renováveis nos edifícios do Empreendimento Maia II (2 edifícios, 56 fogos - 16 T2, 28 T3 e 12 T4)	Projeto II-6 do PARU
II-9 Edifício Multiusos Socialis (reabilitação de edifício de interesse municipal, correspondente às instalações da antiga JAE, incluindo ampliação	Projetos II-1 e II-2 do PARU e I-16 do PAMUS
II-10 Reversão das coberturas dos edifícios da Câmara Municipal e do Fórum da Maia em coberturas verdes	Projetos II-11 e IV-10 do PARU
II-11 Melhoria da eficiência energética, da qualidade do ar interior e das condições de acessibilidade universal do edifício dos Paços do Concelho, incluindo a Torre Lidador	Projeto II-10 do PARU



Projetos PARU	Projetos com os quais existem interdependências
II-12 Reabilitação do edifício do Fórum da Maia - Auditórios e Centro de Exposições, incluindo a melhoria da eficiência energética, qualidade do ar interior e das condições de acessibilidade universal	Projetos II-10, IV-7 e IV-10 do PARU
II-13 Reabilitação da creche / jardim infantil do Bairro do Sobreiro	Projetos I-1, I-2, II-1, II-2, III-3 e IV-3 do PARU
II-14 Reabilitação do Estádio Municipal Prof. Dr. Vieira de Carvalho - melhoria da eficiência energética e das condições de acessibilidade universal	Projetos I-8, IV-15 e IV-19 do PARU
II-15 Reabilitação do Complexo Municipal de Ginástica - melhoria da eficiência energética e das condições de acessibilidade universal	Projetos I-8, IV-12, IV-17, IV-18 e IV-19 do PARU
II-16 Reabilitação Pavilhão Gimnodesportivo da Maia - melhoria da eficiência energética e das condições de acessibilidade universal	Projetos I-8, IV-11, IV-14, IV-16, e IV-19 do PARU
II-17 Reabilitação do Complexo Municipal de Tênis - melhoria da eficiência energética e das condições de acessibilidade universal	Projetos I-8, IV-13, IV-17, IV-18 e IV-19 do PARU
II-18 Reabilitação do quarteirão edificado frontal à Praça do Dr. José Vieira de Carvalho, compreendido entre as ruas Augusto Simões e Dr. Carlos Pires Felgueiras e do edifício da galeria comercial Visconde de Barreiros	Projetos III-2, IV-10, IV-20 e V-1 do PARU
II-19 Reabilitação do edificado da Avenida António dos Santos Leite (até à rotunda de articulação com a Via Periférica)	Projeto I-17 do PAMUS
II-20 Reabilitação do edificado da Rua Augusto Simões	Projeto I-17 do PAMUS
II-21 Reabilitação do edificado da Avenida D. Manuel II	Projetos I-1, I-2 do PARU e I-15 do PAMUS
II-22 Reabilitação do edificado da Rua António Oliveira Braga	Projeto III-1 do PARU
II-23 Reabilitação do edificado da Rua Padre António, incluindo obras no Pavilhão de Squash do Parque Central para instalação de polo de ateliers itinerantes de artes plásticas	Projetos II-12 e II-25 do PARU
II-24 Reabilitação do edificado da Rua Clotilde Ferreira da Cruz / Rua Deolinda Duarte dos Santos / Rua Eng.º Duarte Pacheco	Projetos I-6 e I-7 do PARU e I-16 do PAMUS
II-25 Reabilitação do edificado da Rua Simão Bolívar, incluindo a reabilitação do edifício Venepor e, dentro deste, das áreas comerciais e	Projetos II-25, IV-7, IV-10, IV-20 e V-1 do PARU



Projetos PARU	Projetos com os quais existem interdependências
do auditório municipal	
II-26 Reabilitação do restante edificado da ARU do Centro da Maia (não abrangido nos projetos anteriores)	Projetos IV-20 e V-1 do PARU, bem como com diversas ações no âmbito da regeneração do espaço público (projetos I-1 a I-9 do PARU), e de reconversão de espaços (projetos III-1 a III-3), em função da localização
III-1 Requalificação da zona envolvente à Igreja de N.ª Sr.ª da Maia	Projetos I-3 e II-5 do PARU
III-2 Requalificação do interior do quarteirão frontal à Praça Dr. José Vieira de Carvalho (a sul)	Projetos II-18, IV-10, IV-20 e V-1 do PARU e III-4 do PAMUS
III-3 Reconversão de vazio urbano correspondente à localização original do centro comunitário do Sobreiro e construção do Novo Centro Comunitário e Sociocultural de Vermoim / Sobreiro (para substituição das atuais instalações provisórias) e da Praça do Oxigénio (execução parcial)	Projetos I-1, I-2, II-9, II-13 e IV-3 do PARU e I-5, I-14 e I-16 do PAMUS
III-4 Valorização do Aeródromo de Vilar de Luz Maia / Santo Tirso	Projeto III-9 do PAMUS
IV-1 Centro Documental e de Interpretação Urbana Arquiteto João Álvaro Rocha (JAR)	Projetos I-1, I-2, II-1, II-2, II-4, IV-10 e IV-23 do PARU
IV-2 Seminário Internacional de Arquitetura	Projetos I-1, I-2, II-1, II-2, II-4, IV-10 e IV-23 do PARU
IV-3 Dinamização e instalação dos serviços e atividades do Novo Centro Comunitário e Sociocultural de Vermoim / Sobreiro	Projetos II-9, II-13 e III-3 do PARU
IV-4 Bienal de Arte da Maia	Projetos I-1 e II-12 do PARU
IV-5 Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia	Projetos I-1, II-12, II-25, IV-6, IV-9 e IV-20 do PARU
IV-6 Teatrinho ao ar livre em terreno adjacente ao Fórum da Maia - construção / montagem e promoção de eventos	Projetos II-12, II-26, IV-5, IV-9 e IV-20 do PARU
IV-7 Festival de Música da Maia	Projetos II-12, II-25 e IV-20 do PARU
IV-8 Festival de Artesanato da Maia	Projetos II-25 e IV-20 do PARU e projeto da DLBC Litoral Rural
IV-9 Primavera do Teatro	Projeto I-1, II-12, II-25, IV-5, IV-6 e IV-20 do



Projetos PARU	Projetos com os quais existem interdependências
	PARU
IV-10 Maia 360º	Com a maior parte dos projetos de intervenção ao nível do espaço público, edificado e reconversão de espaços listados anteriormente, e bem ainda projetos de dinamização do turismo à escala metropolitana (marca Porto.)
IV-11 Torneio Internacional de Masters de Andebol - Pavilhão Municipal da Maia	Projetos II-16 e IV-20 do PARU
IV-12 Maia International Acro Cup / Taça do Mundo de Ginástica Acrobática - Complexo Municipal de Ginástica	Projetos II-15 e IV-20 do PARU
IV-13 Taça Internacional Maia Jovem de Ténis - Complexo Municipal de Ténis	Projetos II-17e IV-20 do PARU
IV-14 MIT - Maia International Trampoline - Competição de Trampolins - Pavilhão Gimnodesportivo Municipal da Maia	Projetos II-16 e IV-20 do PARU
IV-15 Meeting Internacional Mai'Athletics - Competição Internacional de Atletismo - Estádio Municipal Prof. Dr. José Vieira de Carvalho	Projetos II-14 e IV-20 do PARU
IV-16 Maia Handball Cup - Competição Internacional de Andebol	Projetos II-16 e IV-20 do PARU
IV-17 Maia Powerexpo Sports and Fitness Weekend - Competição Internacional - múltiplas modalidades	Projetos II-15, II-17 e IV-20 do PARU
IV-18 Strongman Champions League - Competição Internacional - múltiplas modalidades	Projetos II-15, II-17 e IV-20 do PARU
IV-19 Outros eventos desportivos programados de promoção municipal, inseridos na dinamização do centro da cidade da Maia - Zona Desportiva	Projetos II-14, II-15, II-16, II-17 e IV-20 do PARU
IV-20 Ações diversas de animação urbana no âmbito da promoção e dinamização do comércio tradicional e de rua	Com a maior parte dos projetos de intervenção ao nível do espaço público, edificado e reconversão de espaços e demais ações de gestão e animação da área urbana, incluídas no PARU
IV-21 Exposição World Press Photo	Projeto II-12 do PARU



Projetos PARU	Projetos com os quais existem interdependências
IV-22 Jazz no Parque Central	Projetos II-25 e IV-20 do PARU
IV-23 Plano de comunicação e participação da ARU do Centro da Maia, abrangendo ações de divulgação com recurso a múltiplos meios de comunicação social (outdoors, newsletters, espaço WEB, rádio, jornais e revistas), realização de conferência(s) e publicações informativas	Com todas as ações da Estratégia de Reabilitação Urbana do Município da Maia
V-1 Ações diversas de promoção da atividade económica, incluindo dinamização e refuncionalização dos espaços comerciais e de serviços de grandes dimensões - Venepor, Central Plaza e Galerias Visconde Barreiros	Projetos II-18, II-25 e IV-20 do PARU

Tabela 10. Interdependências entre projetos do PAMUS e restantes projetos

Fonte: Elaboração própria

A informação de detalhe deverá ser consultada no Plano de Ação de Regeneração Urbana.

2.2.4. Componentes do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

À semelhança das subsecções anteriores, a tabela seguinte evidencia as interdependências entre os projetos do PAICD e os restantes. Mais uma vez, existem diversos projetos que além de serem interdependentes, dependem da realização prévia de outros. Assim sendo, a tabela seguinte permite identificar quais os projetos que devem ser iniciados primeiramente e os que devem ser trabalhados em simultâneo.

Projetos PAICD	Projetos com os quais existem interdependências
II-1 Reabilitação e ampliação do edificado do Bairro da Travessa da Anta	Projetos II-3 e X-3 do PAICD
II-2 Reabilitação do edificado do Bairro das Lagielas	Projetos II-4 e X-3 do PAICD
II-3 Reabilitação e ampliação do edificado do Bairro da Travessa da Arroiteia	Projeto X-3 do PAICD
II-4 Reabilitação e ampliação do edificado do Bairro da Brisa 1 e 2	Projeto X-3 do PAICD
X-1 PL'Anta - Inserção Social de comunidade de etnia	Projetos II-1 e X-3 do PAICD



Projetos PAICD	Projetos com os quais existem interdependências
cigana (Anta)	
X-2 "Interculturais" - Inserção Social de comunidade de etnia cigana (Lagielas)	Projetos X-1 e X-3 do PAICD
X-3 Projeto "Sorria, está nos Coriscos!" (comunidade de Abel Salazar, Águas Santas)	Projetos X-1 e X-3 do PAICD
XI-1 Projeto "(Re)Criar Arroteia e Brisa"	Projetos II-2 e X-2 do PAICD

Tabela 11. Interdependências entre projetos do PAMUS e restantes projetos

Fonte: Elaboração própria

A informação de detalhe deverá ser consultada no Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas.



3. Programa de Ação

3.1 Identificação das Prioridades de Investimento a Mobilizar

De seguida sintetizam-se as prioridades de investimento a mobilizar no âmbito do PEDU e dos respetivos planos de ação:

No âmbito do PAMUS, pretende-se mobilizar a Prioridade de Investimento (PI) 4.5 – “Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de território, nomeadamente, as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação”; No âmbito do PARU pretende-se mobilizar a PI 6.5 – “Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído”;

No âmbito do PAICD, para ações materiais, pretende-se mobilizar a PI 9.8 – “Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais” e para ações imateriais, a PI 9.1 – “Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade”.

O detalhe dos investimentos poderá ser analisado no formulário do Balcão 2020, de acordo com o cronograma, fichas de projeto e demais elementos em anexo.

3.2 Investimentos, Ações e Metas

(Preenchido no formulário do Balcão 2020, de acordo com as fichas em anexo.)

3.3 Outros Indicadores (Indicadores base de PI e Indicadores complementares)

Atendendo à dificuldade em estimar as metas com base na lista de indicadores disponibilizados no aviso em causa, sobretudo em algumas ações incluídas no PAMUS que, pela sua especificidade, se revelaram de difícil enquadramento (no que se refere ao resultado e realização) nos referidos indicadores, optou-se por introduzir um novo conjunto de indicadores entendidos como mais ajustados a essas ações e às metas esperadas.

Como referência para esses indicadores, utilizou-se a “bateria” de indicadores de resultado e realização disponíveis no QREN, tendo-se, sempre que necessário, efetuado os devidos ajustes / alterações.

Em termos globais, apresenta-se na tabela abaixo a evolução (decrecente) nas emissões de CO₂/km² para o período 2009-2014 e a redução estimada para o período 2015-2023.



Tabela 12. Evolução das emissões para o período 2009-2014

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Valor das emissões em ton Co ₂ /km ²	6 948	6 809	6 673	6 539	6 409	6 280

Fonte: elaboração própria com base no PMS da Maia

Tabela 13. Redução das emissões estimada para o período 2015-2023

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Valor das emissões em ton Co ₂ /km ²	6 155	6 032	5 911	5 793	5 677	5 563	5 452	5 343	5 236

Fonte: elaboração própria com base no PMS da Maia

3.4 Realização – Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

O impacto de cada ação prevista no PAMUS, apesar de ser contabilizado em redução de emissões de CO₂, não pode ser estimado por projeto nem determinado diretamente através de medições no local, dada a dificuldade em desagregar as causas. De forma a permitir o dimensionamento dos efeitos de cada medida, o processo de cálculo foi baseado na perspetiva do utilizador, nomeadamente através da previsão de transferência modal do transporte individual para modos menos poluentes, como o transporte público ou os modos suaves, ou na redução da distância a percorrer em percursos já existentes, tanto em transporte individual como em transporte público rodoviário.

Através dos dados dos Censos de 2001, fornecidos pelo INE, foi possível obter a distribuição modal de diversos pares origem-destino, por modo de transporte, de forma a avaliar o potencial de transferência em cada situação. É importante referir que certas medidas por si só não causam impacto direto ao nível da redução de emissões, levando a que o processo de cálculo consista apenas no reforço ou redistribuição de contributos de outras medidas diretamente relacionadas.

A necessidade de dados que informem a monitorização adequados para cada medida não pode depender apenas do conhecimento dos dados estatísticos da população, caso em que apenas após a disponibilização dos resultados dos Censos de 2021 seria possível confrontar a evolução nos indicadores utilizados.

Desta forma, serão necessárias contagens anteriores à aplicação das medidas, processo que será repetido nos momentos de avaliação de 2018 e de 2020. Recomenda-se que estes momentos de avaliação sejam complementados por avaliações anuais, processo que permitirá um conhecimento mais pormenorizado do real contributo de cada medida, permitindo ajustes e medidas de reforço sempre que necessário, de forma a



cumprir as metas pré-estabelecidas. O sistema de monitorização, informando o acompanhamento do PEDU, deverá ser assegurado pela equipa técnica do Município ou através de contratação externa.

No que respeita aos indicadores associados ao PARU e ao PAICD, os quais assentam, em larga medida, no levantamento das áreas intervencionadas e no número de habitações reabilitadas, a metodologia a adotar passará pela medição/quantificação dessas áreas e habitações. Por outro lado, para os indicadores que requerem a aferição do grau de satisfação dos residentes (indicadores de resultado) serão realizados inquéritos a uma amostragem adequada da população das áreas intervencionadas (antes e após as intervenções) e efetuado o tratamento dos respetivos resultados.



4. Modelo de Governação

4.1 Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do plano com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

O PEDU da Maia, ao promover a concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos de base territorial e/ou temática, potencia as soluções de governação sob a liderança do Município da Maia, mas envolvendo e fazendo interagir diversos *stakeholders*, com vista à coordenação, cooperação e concertação de operações.

A natureza integrada do PEDU e o princípio da simplificação de procedimentos recomenda que a sua governação seja estruturada de forma articulada com a governação do próprio Município. Neste contexto, propõe-se o seguinte organigrama como base para o modelo de governação do PEDU:

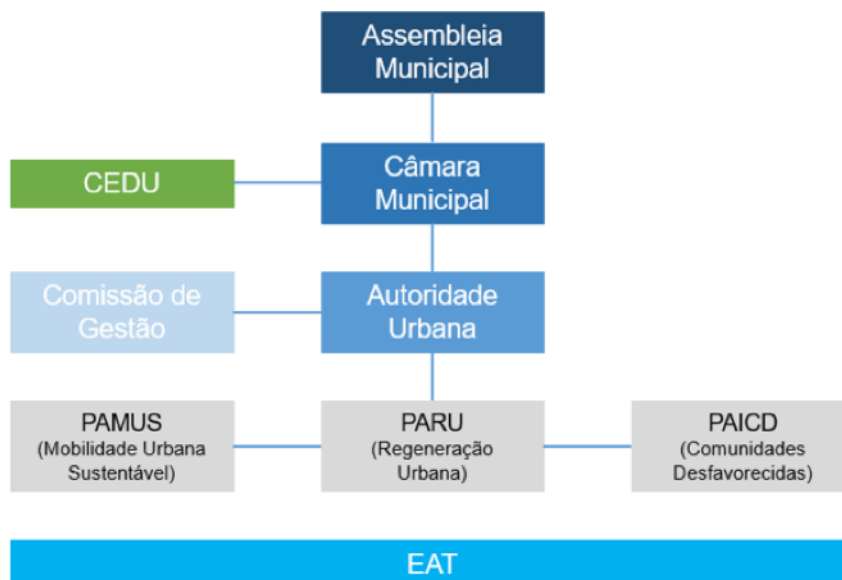


Figura 6. Modelo de Governação

Fonte: Elaboração própria

Enquanto órgão deliberativo do Município com as competências de apreciação, de fiscalização e de funcionamento previstas na Secção II da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, a Assembleia Municipal, na figura do seu Presidente, coadjuvado pelos seus Secretários, terá, no âmbito do PEDU, um conjunto de funções de entre as quais se destacam as seguintes:



- Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município (destacando-se, neste contexto, os aspetos relacionados com a delimitação de ARU e com a aprovação de ORU), incluindo o PEDU e respetivos Planos de Ação, após aprovação por parte da Autoridade de Gestão (AG);
- Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e o Estado e entre a Câmara Municipal e a entidade intermunicipal;
- Acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal no âmbito do PEDU.

A Câmara Municipal, enquanto órgão executivo do Município, com as competências materiais e de funcionamento previstas na Secção III da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, será, na figura do seu Presidente, a principal responsável pela gestão e organização que assegurem a prossecução do PEDU com eficácia e eficiência. O Presidente da Câmara Municipal será naturalmente assessorado por recursos humanos de perfil mais técnico, ligados aos Gabinetes/Divisões com competências nas áreas mobilizadas pelo PEDU, de entre as quais se destacam a mobilidade urbana sustentável, a regeneração urbana e a regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

No sentido de assegurar uma adequada implementação do PEDU, será constituído o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Urbano (CEDU), que será composto pelos agentes económicos e sociais representativos do território. Este será um órgão de natureza consultiva, que acompanhará a execução do PEDU e apoiará a Câmara Municipal, propondo, sempre que seja pertinente, as medidas corretivas necessárias. De entre as entidades que deverão integrar o CEDU destacam-se desde já as seguintes:

- AMP – Área Metropolitana do Porto;
- Associação Empresarial da Maia;
- Câmara Municipal da Maia;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- CP – Comboios de Portugal, EPE;
- DLBC Litoral Rural.
- Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A.
- Empresa de Estacionamento, E.M.;
- Infraestruturas de Portugal, S.A.;
- Juntas de Freguesia do Concelho da Maia;
- Maiambiente, E.M.;
- Metro do Porto, S.A.;
- Conselho Local de Ação Social;
- Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.;



- IRHU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP;
- Representante das Instituições de Crédito (gestores dos fundos JESSICA e outros);
- Representante dos Condomínios da ARU Centro da Maia;
- Representante de Associações Culturais e Recreativas;
- Representante das Associações de Moradores das restantes ARU a delimitar/delimitadas.

Atendendo à natureza deste órgão, poderá a Câmara Municipal convidar a integrar o CEDU novos elementos momentânea ou permanentemente. Este órgão reunirá sempre que solicitado pela Câmara Municipal, para emitir parecer e/ou recomendações sobre as ações tidas por convenientes.

Em função do referido na alínea a), do ponto 6.4 do Aviso EIDT-99-2015-03 sobre as competências delegadas pela AG, será tido em consideração o disposto no artigo 126.º do Regulamento Específico do POSEUR, que atesta nomeadamente que:

- *“No caso dos centros urbanos de nível superior previstos no Programa Operacional Regional respetivo, as Autoridades Urbanas são responsáveis pela seleção das operações, cabendo-lhes proceder à aplicação dos critérios de seleção aprovados pela Comissão de Acompanhamento do respetivo Programa Operacional financiador, bem como atestar a conformidade da operação com o respetivo plano estratégico de desenvolvimento urbano sustentável”;* e
- *“No caso de operações localizadas nos centros urbanos referidos no n.º 1, do presente artigo, as intervenções de regeneração urbana apoiadas através de instrumento financeiro devem contar igualmente com a participação das Autoridades Urbanas, através da emissão de parecer sobre o enquadramento dos investimentos no respetivo plano estratégico de desenvolvimento urbano sustentável”.*

Para o efeito, a Câmara Municipal tutelará a referida Autoridade Urbana (AU), órgão este que incorporará uma Comissão de Gestão a quem competirá dinamizar e operacionalizar as iniciativas estruturantes a desenvolver (designadamente nas áreas prioritárias do PEDU – i.e. mobilidade urbana sustentável, regeneração urbana e apoio às comunidades desfavorecidas), assumindo as competências que venham a ser delegadas pela AG (entre as quais a seleção de operações). Sem prejuízo de outros elementos que possam ser relevantes, a AU deverá integrar o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara, bem como um Secretariado Executivo. Importa salientar que, em função das competências que venham a ser atribuídas à AU, serão implementadas disposições para garantir que o princípio da separação de funções é respeitado nos casos em que a Câmara Municipal for simultaneamente um organismo intermédio e o beneficiário de uma operação selecionada.

Por último, no sentido de garantir à AU o apoio técnico necessário para a implementação do PEDU (designadamente nas áreas prioritárias anteriormente referidas), será também criada uma Estrutura de Apoio Técnico (EAT) para a qual se perspetiva a constituição de uma equipa de quadros qualificados, com nível de



formação VI ou superior e experiência relevante no exercício das funções que lhe venham a ser acometidas. Sem prejuízo de outros perfis (que serão definidos à luz do que vier a ser contratualizado), destaca-se desde já a importância de assegurar na EAT a existência de um gestor com competências na área jurídica, um gestor com competências na área financeira (avaliação e acompanhamento financeiro das operações) e gestores com competências em áreas técnicas (avaliação, seleção e acompanhamento técnico das operações). A equipa a criar deverá ser alocada em regime de exclusividade (garantindo-se a segregação de funções) e, caso se justifique, em *full time*. Prevê-se ainda, sempre que seja estritamente necessário, o recurso à contratação de técnicos e/ou consultores externos para darem apoio à prossecução das atividades da AU.

4.2 Mecanismos de acompanhamento e avaliação

A implementação do PEDU implica a montagem de um sistema de monitorização adequado à verificação periódica das realizações concretizadas e dos progressos alcançados, à análise dos desvios e à formulação de correções de trajetórias. O sistema de monitorização prevê a definição do modelo de acompanhamento da evolução e dos resultados, considerando o posicionamento do Município e o seu contributo para as metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020 e, em particular, da Região Norte e da AMP.

Aqui se engloba o acompanhamento do sistema de indicadores de monitorização da estratégia municipal previamente definidos e a análise da evolução do PEDU Maia face às metas assumidas, relativizadas pela evolução global da AMP, da Região Norte e do País. Neste sistema de monitorização prevê-se igualmente incorporar o conjunto de indicadores de resultado e realização previstos no Plano.

Este sistema de monitorização inclui:

- Realização de reuniões mensais de acompanhamento e avaliação do PEDU, a promover pela Autoridade Urbana, com a participação da EAT;
- Preparação, por parte da Autoridade Urbana (com o apoio da EAT), de um Relatório Trimestral de Monitorização e Avaliação, onde será analisada a evolução do Município do ponto de vista da concretização dos objetivos fixados na estratégia e dos avanços em matéria de concretização dos Planos de Ação e da montagem do sistema de operacionalização dos respetivos projetos estruturantes;
- Realização de reuniões trimestrais de acompanhamento e avaliação do PEDU, a promover pela Câmara Municipal, com a participação do CEDU e da Autoridade Urbana, tendo em vista a definição das medidas corretivas que se possam revelar necessárias;
- Apresentação, por parte da Câmara Municipal, de um Relatório Anual de Monitorização e Avaliação em sessão pública, em moldes a definir, dando continuidade ao objetivo de promoção do envolvimento e participação da comunidade.



A análise dos Relatórios Trimestrais e Anuais de Monitorização e Avaliação, tanto no seio do CEDU como das sessões de discussão pública, constituem momentos privilegiados de autoavaliação por parte das entidades com maior responsabilidade no processo de desenvolvimento e de *empowerment* e acompanhamento ativo das populações.

A monitorização e avaliação assentará na medição e análise de indicadores, destacando-se, naturalmente, os indicadores de realização e resultado que constam do PO Norte 2020 (sem prejuízo de outros que possam vir a ser considerados pertinentes).

4.3 Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

Os parceiros que integrem o CEDU, assumem a responsabilidade de prestar, sempre que o aconselhamento referente às ações incluídas no PEDU e às próprias orientações estratégicas, apoiando a Câmara Municipal e propondo, sempre que considerem pertinente, as medidas corretivas necessárias.

Os parceiros (públicos ou privados) que sejam copromotores dos projetos que o Município da Maia venha a desenvolver, assumem a corresponsabilidade de participar no correto e integral desenvolvimento das ações que lhe estejam alocadas, na execução temporal e financeira, de reportar e colaborar ativamente na disponibilização de informação à Autoridade Urbana, contribuindo assim para uma gestão eficaz e transparente de todos os processos.

5. Quadro de Investimentos

(Submetido no Balcão 2020, de acordo com as fichas em anexo.)



Documentos

Ficha resumo do Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável;

Ficha Global do Plano de Ação para a Mobilidade Urbana Sustentável

Ficha resumo do Plano de Ação de Regeneração Urbana;

Plano de Ação de Regeneração Urbana;

Ficha resumo do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas;

Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas;

Quadro “Prioridades de investimento a mobilizar”;

Diagnóstico Social do Município da Maia;

Plano Municipal de Acessibilidade para Todos;

Documentação diversa relativa à ARU do Centro da Maia, incluindo:

- a) Documentos / links correspondentes ao processo de delimitação da ARU, publicada em Diário da República, atualmente em vigor;
- b) Planta com a redelimitação da ARU;
- c) Versão atualizada do diagnóstico da ARU, correspondente a documento de trabalho do respetivo PERU;
- d) Plantas de delimitação dos bairros sociais integrados na ARU;

Dados correspondentes às regras de proteção do património arquitetónico e arqueológico estabelecida para o Concelho da Maia, incluindo:

- a) Regulamento do PDM da Maia;
- b) Cartas diversas do PDM da Maia reportadas ao património arquitetónico e arqueológico;
- c) Fichas descritivas do património arquitetónico e arqueológico integrado na ARU do Centro da Maia;

Plantas de delimitação preliminar e recensão fotográfica das Áreas de Reabilitação Urbana em processo de delimitação no Concelho da Maia;

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia;

Documentos de diagnóstico e plantas de delimitação das ações incluídas no Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas.

